ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

ATA N° 088 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1ª SECRETÁRIA - DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO (AD HOC)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO WILSON TEIXEIRA DENTINHO (AD HOC)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, por motivos técnicos, suspendo-a por vinte minutos.
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:44 HORAS E REABERTA ÀS 09:15 HORAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO PEDRO SATÉLITE.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Declaro reaberta a presente Sessão.

Convido a ilustre Deputada Serys Slhessarenko e o Deputado Wilson Teixeira Dentinho para assumirem a 1ª e 2ª Secretarias.

(A SRª DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO E O SR. DEPUTADO WILSON TEIXEIRA DENTINHO ASSUMEM, RESPECTIVAMENTE, A 1ª E 2ª SECRETARIAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 21 DE JUNHO DE 2000, ÀS 13:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, a Srª 1ª Secretária, para proceder à leitura do Expediente.

A SRª 1ª SECRETÁRIA (LÊ) - “Carta do Grão Mestre da Sereníssima Grande Loja do Estado de Mato Grosso, encaminhando o resultado do Seminário Temático ‘Brasil 500 anos e a Maçonaria’, no sub-tema ‘Segurança na Fronteira’, realizado na Cidade de Cáceres; e ainda os Ofícios nºs 442, 447, 454 e 463/00, do Secretário-Chefe da Casa Civil, todos em resposta a Indicações dos Senhores Deputados”

Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente. (PAUSA)

Sobre a mesa, duas Emendas e um Projeto de Lei de autoria do Deputado Riva:

1ª) EMENDA ADITIVA:

**“Adita dispositivo à Mensagem nº
16/2000, de autoria do Poder Executivo,
que dispõe sobre as diretrizes para a**

**elaboração da Lei Orçamentária de 2001
e dá outras providências.**

A Meta Anual - 2001, da Mensagem nº 16/2000, constante do Programa Redução da Taxa de Evasão e Reprovação no Ensino Médio, da Meta 1.2 - Educação, do PPA, passa a ter a seguinte redação:

'Reduzir a taxa de evasão para 13%, a taxa de reprovação para 4,5% e elevar em 40% a oferta de matrícula no ensino médio, e instituir o Programa Pré-vestibular para alunos carentes'.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda aditiva tem como objetivo incluir na Mensagem nº 16/2000 dispositivo que possibilite a execução de Programa Pré-Vestibular para alunos carentes.

A proposta deverá ser inserida na Meta Anual - 2001, constante da Meta 1.2 - Educação, do PPA.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 28 de junho de 2000.
Deputado RIVA – PSDB”

2ª) EMENDA ADITIVA:

“Adita dispositivo à Mensagem nº 16/2000, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2001 e dá outras providências.

A Meta Anual - 2001, da Mensagem nº 16/2000, constante do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Superior, da Meta 1.2 - Educação, do PPA, passa a ter a seguinte redação:

'Melhorar em 20% os indicadores de desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UNEMAT, bem como a instituição de bolsa de estudos para alunos carentes e o Programa de Educação Alternativa'.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem o objetivo de incluir na Mensagem nº 16/2000, que dispõe sobre a LDO, dispositivos em que aparecem a execução do Programa de Educação Alternativa e a instituição da Bolsa Universitária para atender alunos carentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 28 de junho de 2000.
Deputado RIVA – PSDB”

PROJETO DE LEI:

Institui o Dia Estadual de Segurança Pública e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Segurança Pública, a ser oficializado em 06

de setembro de cada ano.

Art. 2º Neste dia os Poderes do Estado proporcionarão eventos em conjunto, visando elaborar propostas e mobilizar a sociedade para discutir a questão da segurança pública.

Art. 3º As ações dispostas no artigo 2º deverão direcionar a constituição de um Movimento pela Segurança e Vida, com a participação de todos os setores da sociedade.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo instituir e oficializar o Dia Estadual de Segurança Pública, objetivando mobilizar a sociedade para uma ampla reflexão sobre o tema, além de permitir a construção de uma política de segurança pública consistente e duradoura.

Dessa ação poderemos elencar todos os fatores que têm contribuído para o aumento da violência e da criminalidade, através da realização de debates e audiências públicas, possibilitando assim o recebimento de denúncias, para que se viabilize a operacionalização de um movimento pela segurança e vida.

Para isso foi escolhido o dia 06 de setembro de cada ano, pois nessa data os espíritos estão voltados à comemoração da independência, momento que poderemos aproveitar para conquistar a participação popular nessa cruzada contra a violência.

Só com a efetiva participação da sociedade é que poderemos estabelecer os meios necessários para resolver os problemas de segurança pública, mobilizando assim todos os Poderes do Estado, para em conjunto se engajarem nessa campanha.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 28 de junho de 2000.

Deputado RIVA – PSDB”

Ainda sobre a mesa, uma Indicação de autoria do Deputado Edmilson Paulista:

“Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado a destinação de verba do FETHAB para construção de 150 casas populares para a cidade de Pedra Preta.

Com fundamento no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, uma vez ouvido o soberano Plenário, proponho à Mesa Diretora que seja enviada ao Exmº Sr. Dante Martins de Oliveira, Governador do Estado, uma indicação evidenciando a necessidade de se destinar recursos do FETHAB para construção de 150 casas populares para beneficiar pessoas de baixa renda da cidade de Pedra Preta.

JUSTIFICATIVA

O Município de Pedra Preta, na sua extraordinária marcha evolutiva rumo ao seu glorioso destino, congrega e exerce sua liderança sobre a rica região Sul do meu Mato Grosso.

Na sede do Município há um incrível aumento da população, o que tem gerado aquilo que denominam de déficit habitacional.

É em função disso que nós vislumbramos no FETHAB a possibilidade de pelo menos em parte ampliar a oferta de residências populares à população de baixa renda.

Propomos então que o FETHAB desenvolva uma ação imediata e inclua em sua lista de prioridades a construção dessas cento e cinquenta casas.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 28 de junho de 2000.

Deputado EDMILSON PAULISTA – PFL”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Não havendo orador inscrito no Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Joaquim Sucena (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa, funcionários desta Casa.

Estamos inscritos no Grande Expediente para falar sobre algumas questões... No Brasil se fala tanto em democracia, e nós estamos vendo, hoje, em Mato Grosso, e no Brasil, que a democracia é uma palavra escrita, mas que, às vezes, não se pratica, onde devia se praticar, principalmente nos Partidos.

Em véspera de convenção, Sr. Presidente, começou agora uma tal de intervenção para cá, intervenção para lá nos diretórios, e não se pode, de maneira alguma, deixar os convencionais - ou de Sinop, ou de Alto Garças, ou de qualquer município - cuidarem do seu destino eleitoral. Busca-se, sim, fazer aquilo que os caciques ainda querem.

É por isso, Deputado Rene Barbour...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu gostaria de convidar o Deputado Rene Barbour, na ausência de outro membro da Mesa, a assumir a Presidência, porque eu pretendo fazer um aparte no pronunciamento do nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

(O SR. DEPUTADO RENE BARBOUR ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:32 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RENE BARBOUR) - Na qualidade de membro mais idoso deste Parlamento - não o mais velho -, eu assumo a Presidência...(RISOS NO PLENÁRIO)

Continua com a palavra o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Não o mais idoso, mas o mais experiente, e uma experiência que todos nós esperamos ter na vida pública, assim como Vossa Excelência, de honestidade e trabalho prestado a este Estado, Deputado Rene Barbour.

E quero também dizer a esta Casa sobre a questão dos “caciques” de Mato Grosso... É por isso que, neste Estado, jovens talentosos como o Deputado Carlos Brito, o Deputado Emanuel Pinheiro, o Deputado Moacir Pires, e este Deputado, o Deputado Zé Carlos do Pátio e outros Deputados que nós vamos citar, Deputados que estão iniciando suas carreiras políticas, às vezes ficam esquecidos, porque ainda o “caciquismo” quer mandar na política.

Não se pode, de maneira alguma, sair aqui de Cuiabá ou de onde quer que seja e fazer intervenções nos municípios, não respeitar os diretórios, porque no diretório em que a maioria dos membros quer se coligar com outro Partido tem que ouvir “Seu” fulano ou “Seu” sicrano, que só vai lá nessas épocas ou na época de pedir voto...

O Sr. Pedro Satélite - Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Concedo um aparte ao Deputado Pedro Satélite, para ilustrar ainda mais o meu pronunciamento.

O Sr. Pedro Satélite - Quero cumprimentar Vossa Excelência, nobre Líder do Governo, Deputado Rene Barbour, que neste momento assume a Presidência, nobres Srs. Deputados, Srª Deputada Serys Shessarenko, e dizer, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, que esse tema que Vossa Excelência traz nesta manhã de quarta-feira, dia 28 de junho, é de suma importância para a vida política do nosso País, por nos defrontarmos, cada dia mais, com essas situações. Nós que somos políticos, que estamos tentando fazer o trabalho que a sociedade queira, as mudanças no nosso País, em algumas horas não sabemos onde estamos. Eu entendo que partidos políticos vão consolidar a democracia, mas, com vinte, trinta, quarenta partidos, isso está sendo dificultado cada vez mais.

E vamos falar um pouco em ideologia... Sabemos que há partidos com uma ideologia mais de esquerda, outros mais de direita, mas isso não existe mais, nem de centro, nem mais partidos socialistas, que seguem essa ou aquela linha. Deparamo-nos hoje, na verdade, com uma situação de que para nós políticos será difícil fazer campanha, Deputado Wilson Teixeira Dentinho!... Nós chegamos num determinado município, e estão coligados, por exemplo, PT e PFL; noutra município PSDB e PT, que eu vejo que são ideologias totalmente diferentes. Aí, num outro município, sobem no palanque e pedem voto para a coligação "a" com "b". Do outro lado, já se estaria falando mal, se falasse em termos de estrutura partidária. Fica difícil!

Então, infelizmente, as questões que estamos vendo hoje são mais questões não ideológicas, mas ideologias particulares. É um projeto político, na grande maioria, individual. O coletivo, infelizmente, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, está ficando aquém de quem pede e faz. Por exemplo, podemos citar qualquer município, começando por Várzea Grande, Sinop, e tantos outros municípios - podemos pegar qualquer município que ideologicamente não faz muito sentido.

E uma questão, sem aqui falar de Partido algum, mas da estrutura partidária, um dos motivos, também, que levou Vossa Excelência e nós a sairmos de um Partido onde militamos praticamente uma vida - eu fiquei vinte e tantos anos num Partido só - foi porque não admitíamos e entendíamos que era difícil no Estado de Mato Grosso... Nesse Partido ao qual pertencíamos, o Diretório Regional exigia que fizéssemos oposição ao Governo do Estado, que é do mesmo Partido do Governo Federal, é situação no Governo Federal.

E, agora, haverá uma mistura maior ainda. Em Brasília, é de uma coisa; no Estado, é de outra; no município, é de outra. Então, daqui a pouco... Eu não estou entendendo mais, Deputado. Não sei se Vossa Excelência está na mesma situação.

Eu acho interessante trazer esse discurso, essa realidade, a esta Casa de Leis, porque é aqui que se faz política realmente. E eu entendo que nós precisamos aqui de mais Deputados para discutir essa questão. Eu sempre militei, sempre fui fiel, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, a um Partido. Eu sempre militei e nunca discuti, por exemplo, religião... Eu sempre fui e sou católico, mas nunca discuti religião com quem é evangélico, porque eu entendo que nas duas maneiras de seguir a religião, nas duas religiões, chega-se a Deus. Agora, politicamente é interessante, porque um defende uma coisa e outro defende outra. Já na religião é igual, porque todos chegam a Deus, agora, a maneira de se chegar é que são dois caminhos. E na política é um pouco diferente, porque nós, por exemplo, defendemos o socialismo, outro Partido defende uma outra linha... Por exemplo, os Partidos que defendem...(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

Só um minuto, Deputado, para encerrar.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Concedo mais um minuto a Vossa Excelência.

O Sr. Pedro Satélite - Então, Deputado, eu vejo que é de suma importância esse assunto que Vossa Excelência traz na manhã de hoje a esta Casa. E nós devemos discutir, sim, até porque o próprio eleitor quer saber o que está acontecendo. Está complicado mesmo! Existem municípios em que, em duas horas, se a pessoa ligava para saber como estava: "Ah, aqui fecharam, Deputado PSDB e PMDB". Uma hora depois: "Aqui já 'desfechou'; já abriu: é PSDB e PFL". E daí a pouco... Se a pessoa ligar amanhã novamente: "Não, aqui é PSDB e PT". A coisa oscila de uma maneira que é difícil realmente.

Eu parabenizo Vossa Excelência por ter, inclusive, a coragem de levantar isso num momento tão delicado, em que a sociedade clama, quer o respeito do político. Hoje, nós estamos vivendo uma situação um pouco diferente em Brasília, deve-se votar a cassação do Senador... Pelo que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

eu entendo, se ele for cassado, será o primeiro Senador na história do Brasil que vai ser cassado, que é o Senador Luís Estevão.

Então, realmente, eu acho que nós precisamos moralizar, e é o que eu peço a Vossa Excelência. Nós que militamos, neste momento, e com muita honra, num Partido que vem crescendo em nosso País, para que nós coloquemos, realmente, lá na base, nos municípios - pregando e cumprindo, não só na teoria, mas na prática -, as diretrizes que o nosso Partido, o PSDB, prega.

Eu agradeço por esse aparte. Realmente, Vossa Excelência foi muito feliz.

O SR WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Eu quero enaltecer as palavras do Deputado Pedro Satélite, e agradecer também pelo aparte, que ilustra o nosso pronunciamento.

Antes de encerrar, também, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (RENE BARBOUR - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Solicito ao Deputado Pedro Satélite que reassuma a direção dos trabalhos.
(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:37 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua com a palavra o Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, praticamente encerrando nosso pronunciamento, no qual criticamos as intervenções... A democracia foi esquecida! Nós também sabemos que lá em Brasília todos os Senadores e Deputados Federais sabem como resolver o problema. Para acabar com esse tipo de ação, hoje, são importantes três prioridades: primeira, a reforma partidária; segunda, a fidelidade partidária; e terceira, a questão da honradez do mandato, porque o Deputado Federal e o Senador que se sentarem em Brasília e não souberem que precisa fazer essa reforma partidária, com urgência, para acabar com essa pouca vergonha que existe no País, também, de Terceiro Mundo, chamado Brasil, de reeleição para quem está no cargo... Isso é um absurdo, isso é massacrante, isso tem que acabar neste País! Nós não estamos preparados para isso - nunca! Onde já se viu deixar a máquina na mão do governante que se candidata à reeleição? Isso é impossível no Brasil! O resultado está aí, hoje. Onde está o desemprego? Todos nós sabemos! Por que ninguém quer investir mais? Porque se sabe que amanhã se faz um projeto de lei, se não está no poder, e a maioria volta para o poder.

Então, nós temos que cobrar mais essa questão da ética, essas coisas precisam ser resolvidas. Reforma partidária e fidelidade partidária, neste País, enquanto não houver, nós vamos ser todos desiguais, independente de quem quer que seja, sem dizer que um é melhor do que o outro, ou quem é bonzinho, quem não é bonzinho, ou quem é honesto ou desonesto. Nós vamos ser tratados pela sociedade igualmente. Os erros de um os outros vão pagar! Esses resultados são os erros que nós temos cometido!

É muito fácil... Como dizer para a sociedade, hoje, que em Cuiabá o PSDB e PMDB disputam eleição, mas atravessou o rio, eles estão juntos? Olha, o povo não é bobo! Vamos ser realistas! Chega de achar que o povo é bobo! O povo é mais inteligente que nós pensamos! Nós é que achamos que estamos fazendo o povo de bobo! O povo é que vai nos fazer de bobos, e muito...

Atravessou a ponte, Deputado Baú, já estamos juntos, de braços dados! Aí, vem aqui o meu amigo idealista para danar - que eu considero um dos grandes Deputados deste Plenário, de Oposição, o Deputado Zé Carlos do Pátio - chega aqui, faz um discurso limpo, e atravessou a ponte nós estamos juntos. Não há fundamento nisso! Até onde nós vamos falar sobre as questões do Partido?

Encerrando, Sr. Presidente, eu quero deixar bem claro ao Plenário desta Casa, muitos queriam falar, e talvez não tenham coragem de falar, mas eu vou dizer também que o caminho do PSDB em Mato Grosso está sendo em direção a cometer os erros que o PMDB cometeu no passado - um Partido que já fez de dezessete a dezoito Deputados Estaduais, o antigo MDB, ao qual eu me filiei

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

pela primeira vez na vida -, e o PSDB está indo pelo mesmo caminho.

Os caciques, ao invés de falarem de eleições municipais, já estão falando de 2002, e esquecendo o processo que nós vamos deflagrar agora, que é a questão eleição municipal. E esqueceram que é no município que o cidadão vive, é no Município que se precisa de saúde e de habitação - e já estão falando em eleição de 2002!

Minhas senhoras, meus senhores, companheiros Deputados, um Partido do tamanho do PSDB, da grandeza dos seus Líderes, não pode, de maneira nenhuma, dormir sem olhar para o seu travesseiro, para a sua consciência, pensar na responsabilidade que nós temos como homens políticos com o futuro deste Estado, independente de sigla partidária. O que precisa é ter respeito pelo eleitor. Isso está faltando, e muitos deveriam começar respeitando o municipalismo, que é a eleição municipal que nós vamos passar neste momento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio...(PAUSA)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, desculpe-me, eu estava dando atenção à imprensa, porque é fundamental o respeito e o carinho com os meios de comunicação...

Sr. Presidente, eu estranho muito o fato de o Governo do Estado querer votar, através da sua Bancada de Sustentação, hoje, e se possível esta semana, as contas do Governo referentes a 1999. Há várias reincidências de erros! Há várias aplicabilidades dos recursos... Inclusive, quero aqui colocar que ao observar as contas do Governo, só na Secretaria de Comunicação ele aplicou mais do que em sete Secretarias de Estado...

O Sr. Rene Barbour (DE SUA BANCADA) - Parabéns ao Governo!

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Vossa Excelência, Deputado Rene Barbour, diz parabéns, mas o dinheiro que ele está aplicando na Secretaria de Comunicação poderia estar sendo usado para fazer estradas, nem precisaria criar o FETHAB, poderia estar construindo casas populares e não precisaria, necessariamente, criar o FETHAB. O FETHAB que atingiu a nossa produção, o FETHAB que atingiu... Porque enquanto o Governo Federal cria a Lei Kandir para desonerar a soja, para ela ter competitividade lá fora, para nós podermos exportá-la, o Governo do Estado cria o FETHAB. Quer dizer, o Governo Federal cria alternativas para nós termos competitividade, e o Governo do Estado cria mais impostos, inclusive sobre o boi, o que vai atingir a carne.

Vossa Excelência sabe que o que mais está aumentando a inflação este mês é a carne. Está aumentando muito o valor da carne hoje, inclusive vai aumentar a inflação em decorrência da carne - a carne corresponde hoje a 7% do cálculo da cesta básica.

Então, eu quero aqui falar sobre o que está acontecendo hoje, e esta Assembléia Legislativa tem que dar um basta justamente nisso que nós estamos vendo aí, que é a má aplicação dos serviços públicos, e votar, hoje, o Balanço Geral de 1999 a toque de caixa... Muito me estranha o Tribunal de Contas dar um Parecer favorável às contas do Governador com várias reincidências...

Eu sei que alguns Deputados vão dizer que regimentalmente nós temos que votar antes do fim do semestre, que é o prazo legal, antes de nós entrarmos em recesso, os Balanços de 1999...

O Sr. Benedito Pinto - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Só vou terminar meu raciocínio, logo concederei o aparte.

Eu quero dizer que a prestação de contas que chegou a esta Casa há poucos dias a Bancada de Oposição está lendo, está avaliando de forma minuciosa, e estamos vendo que vai ser um verdadeiro patrolamento para tentar não criar fato, para tentar acobertar muitas coisas que estão erradas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Eu quero aqui ir mais adiante, mas antes eu vou permitir o aparte ao Deputado Benedito Pinto que muito nos honra ao solicitar um aparte, depois nós queremos continuar nosso raciocínio sobre a Lei do FETHAB e outras leis que foram criadas e que não precisariam ser criadas.

Vou provar aqui, Deputado Rene Barbour, que não precisava ser criado o FETHAB, bastava nós aplicarmos melhor esses recursos.

Concedo o aparte ao Deputado Benedito Pinto.

O Sr. Benedito Pinto - Deputado Zé Carlos do Pátio, honrado fico eu em poder fazer aparte a Vossa Excelência para dizer que eu quero discordar apenas em um ponto no discurso de Vossa Excelência, que eu entendi que pode estar equivocado. O Governador Dante de Oliveira não tem autonomia nenhuma para ingerir aqui no processo de apreciação das contas. Quem determina o dia de votar, quando vai votar é a Mesa Diretora, através do Presidente, encaminhado para a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Então, é só para dizer que o Governador Dante de Oliveira não está tentando colocar ninguém aqui para votar as contas dele de hoje para amanhã ou no final do ano. Quem coloca para serem votadas as contas é a Mesa, é a Mesa Diretora, através de seu Presidente, que coloca para votar, na hora em que ele quiser. A partir do momento em que ele recebe aqui as contas, distribui para os Deputados as cópias, ele pode colocar na Pauta - isso o próprio Regimento dá o direito ao Presidente.

Então, para deixar bem claro que quem coloca para votar as contas do Governo não é o Governador Dante de Oliveira, mas, sim, a Mesa Diretora.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero agradecer-lhe, Deputado Benedito Pinto, e, muito pelo contrário, Vossa Excelência enriquece o nosso discurso - como é bom ter um Deputado que enriquece o nosso discurso!

E quero fazer uma proposta a Vossa Excelência, que é um Deputado que sempre buscou a legalidade. Eu quero pedir a Vossa Excelência e ao Deputado Pedro Satélite que nós não votemos as contas do Governador a toque de caixa, neste semestre. Por que, Deputado? Porque nós, inclusive, não recebemos, a Bancada de Oposição sequer recebeu, uma cópia do Parecer do Tribunal.

Quero aqui dizer que a minha assessoria está indo...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu apenas quero informar ao nobre Deputado que as cópias foram enviadas, porque o meu gabinete recebeu...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - O Balanço não, o Balanço não! Foi somente o Parecer, mas o Balanço não.

E nós estamos tendo dificuldades, Sr. Presidente. Nós estamos tendo dificuldades, inclusive a minha assessoria está indo - está o Dr. Francisco Monteiro dizendo - todos os dias lá na sala estudar o Balancete e voltar, porque não pode tirar o Balanço de lá, porque a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária está estudando também.

Então, eu quero aqui, Sr. Presidente, pedir para não votarmos as contas do Governo agora, até para amadurecermos mais, discutirmos mais, até porque essas denúncias que nós estamos fazendo são sólidas.

E eu quero provar, Deputado Pedro Satélite e Deputado Riva - que chegou aqui, que muito nos honra -, eu quero provar a Vossa Excelência, quero provar para o Deputado Rene Barbour, Líder do Governo, que nós não precisávamos votar o FETHAB. Não precisávamos votar o FETHAB, bastava aplicar melhor os recursos do Orçamento!

Eu já falei que o Governo do Estado está usando a Bancada do Governo. Vossas Excelências estão sendo usados como objetos, e eu não admito que os meus colegas Deputados sejam usados, como são usados.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Eu vou ser o líder desta Assembléia, em defesa dos Deputados do Governo, porque este Governador, Deputado Pedro Satélite, criou o FETHAB e não teve coragem de aplicar o FETHAB, mandou um Projeto para cá para mudar o FETHAB, e os coitados dos Deputados só votando com o Governo... Votaram o FETHAB, votaram a mudança do FETHAB, e ele mesmo, o Governo, não tem coragem de aplicar o FETHAB, tanto é que ia parar o transporte, as transportadoras e os postos de gasolina realmente iam parar...

O Sr. José Carlos Freitas - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo um aparte ao Deputado José Carlos Freitas.

O Sr. José Carlos Freitas - Colega Deputado Zé Carlos do Pátio, admiro muito o seu discurso nesta tribuna, mas ainda ontem... Ainda, voltando aqui, eu ouvi Vossa Excelência, agora há pouco, dizer sobre "votar a toque de caixa", e eu gostaria que Vossa Excelência explicasse um pouco melhor como é esse negócio de "votar a toque de caixa".

Segundo, Deputado, eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que ontem eu estive no DVOP, não sou aqui um defensor do Governo, mas defendo as coisas boas para Mato Grosso, e reivindicamos ao Presidente do DVOP, José Carlos Novelli, estivemos junto, e também vimos ali as coisas acontecendo com recursos do FETHAB... Por exemplo, de Tangará da Serra a Itanorte já está se fazendo um quilômetro por dia, com uma máquina francesa que chegou lá e já está realizando um grande trabalho naquele trecho. Também a MT-130, que foi uma reivindicação nossa, e também poderá chegar o asfalto até Paranatinga, a qualquer momento, com recursos do FETHAB.

Então, eu acho que nós devemos ser contrários realmente às coisas ruins. Já que se aprovou o FETHAB, agora, vamos aplaudir os recursos que serão investidos com o FETHAB. Podem ter certeza de que várias coisas boas para Mato Grosso, na ordem do crescimento e do desenvolvimento, para ajudar na agricultura, na pecuária e no transporte do Estado vai realmente crescer, e nós temos que aplaudir.

Não é por aí, Deputado Zé Carlos do Pátio. Vamos aplaudir as coisas boas que estão acontecendo. Muito obrigado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Deputado, eu só quero dizer que o crescimento da economia do Estado foi de 22% no ano passado...

O Sr. Carlos Brito - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - O que eu quero provar para Vossa Excelência, Deputado, é que com um crescimento de 22%, com o combate à sonegação, este Governo só contribuiu com 2%, o resto foi sobre taxaçaõ de energia elétrica, de telefonia e de IPVA, não conseguiu modernizar em nada a Secretaria de Fazenda... Isso é um engodo! Isso resolveria o problema, não precisava criar mais uma lei. É isso que eu quero provar na prestação de contas do Orçamento, que nós não precisávamos criar mais leis para taxar a produção.

O próprio Governo Federal, do PSDB, criou a Lei Kandir para desonerar a soja, e o Governo do Estado taxou a soja, quer dizer, do mesmo Partido, e com posições diferenciadas...

O Sr. Benedito Pinto - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo um aparte ao Deputado Benedito Pinto e depois ao Deputado Carlos Brito.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Comunicamos que às dez horas, pelo Regimento Interno...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Que seja sucinto, porque nós temos que abrir para o Deputado...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Vossa Excelência dispõe de três

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

minutos...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - ... e neste período não é permitido aparte, Deputado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Tudo bem, é uma decisão da Mesa. Eu gosto do debate, de discutir com os colegas, e eu nunca vou deixar de abrir os microfones para os colegas debaterem comigo.

A próxima vez... Quando eu uso, Deputado José Carlos Freitas, a expressão “a toque de caixa” é para dizer que é Projeto que chega aqui e é votado rapidamente, em regime de urgência urgentíssima, sem sequer passar para os Deputados lerem, sem sequer os Deputados analisarem, e ficam comprometendo a Bancada do Governo. Eu quero aqui fazer uma defesa à Bancada do Governo. Ela não pode ser usada como está sendo usada por este Governador, porque ele tem como se preservar, mas a Bancada do Governo não tem. Ela vota, e depois tem que mudar o voto, porque o Sr. Governador não tem coragem de colocar o Projeto para ser aplicado.

Então, eu quero aqui pedir para os nossos colegas: nós temos que realmente mudar essa concepção de fazer política. E o Balanço de 1999 nós vamos avaliar melhor como foi aplicado, há várias reincidências, há vários equívocos, e nós não vamos poder ficar votando isso, não. Eu tenho certeza de que os Deputados aqui vão ter que ter uma posição mais independente, até para dar um basta no Governador, senão ele vai patrolando esta Casa de Leis, e daqui a alguns dias, para que vamos servir nesta Casa?

Sr. Presidente, eu quero agradecer a oportunidade de fazer toda essa reflexão. Chega de impostos! Vamos rediscutir a aplicação dos recursos pelo Governo e não vamos votar mais Orçamento do Governo, passando cheque em branco para o Governo. Esse negócio de suplementação em aberto, isso é um absurdo... Dar cheque em branco para Governo? Vamos tratá-lo... Tudo o que ele precisar, tem que mandar para cá para nós votarmos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Quero informar ao Deputado que o tempo se encontra esgotado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Antecipação de receitas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Deputado Riva que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RIVA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:00 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Na Ordem do Dia...

Eu apenas informo aos Deputados que nós tivemos uma reunião do Colégio de Líderes e definimos uma pauta. Eu alertava que era necessário para os Srs. Deputados, naquela ocasião, que começassem a rever o Relatório das contas do Governador, porque ela seria votada nesta Ordem. E hoje nós vamos apreciar as contas do Governador. Decorreram todos os prazos regimentais e não houve um pedido de informação que justificasse a suspensão da votação dessa matéria.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 11/99, de autoria do Deputado Riva, que cria o Conselho Estadual de Cooperativismo no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA).

Art. 1º ...

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Rene

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, tendo em vista que o Projeto já é do conhecimento dos Srs. Deputados, solicito a leitura somente do primeiro e último artigos e a votação global da matéria.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em votação o Requerimento oral de autoria do Deputado Rene Barbour. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Artigo 1º (LIDO). Artigo 10 (LIDO). Em discussão todo o Projeto. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 007/00, de autoria do Deputado Riva, que institui o Programa Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente dependente de drogas. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 45/00, de autoria do Deputado Hermínio J. Barreto, que dá nome à Rodovia MT-465 no trecho localizado em território mato-grossense. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 128/00, de autoria do Deputado Riva, que dispõe sobre o percentual de participação dos municípios criados a partir de 1998. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 126/00, de autoria do Deputado Romoaldo Júnior, que dispõe sobre a obrigatoriedade de escolas públicas e particulares difundirem em seu âmbito o estudo e o culto dos símbolos do Estado de Mato Grosso. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 115/00, de autoria do Deputado Riva, que institui e oficializa o Dia do Clube Profissional de Futebol do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 85/00, Mensagem nº 12/2000, de autoria do Ministério Público, que acrescenta inciso aos artigos 1º e 2º da Lei nº 7.167, de 31 de agosto de 1999, que dispõe sobre a criação do Fundo de Apoio do Ministério Público de Mato Grosso - FUNAMP. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 59/00, de autoria dos Deputados Eliene e Humberto Bosaipo, que institui o Programa Educacional de Bolsa Universitária. Com Parecer favorável da Comissão Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social...

Este Projeto já foi aprovado em primeira e faltam as assinaturas dos membros da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Comissão que o apreciou no mérito. Devolvo à Consultoria Técnico-Jurídica.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 31/00, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Walner José Duarte. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 30/00, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Wilson Souza V. Filho. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 29/00, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Carlos Alberto da Costa Andrade. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 28/00, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Luís Volpato Neto. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 27/00, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Luís Fernando Suíta de Castro. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 21/00, de autoria do Deputado Hermínio J. Barreto, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Ali Khalil Zaher. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei nº 62/00, de autoria do Deputado Riva, que altera dispositivo da Lei nº 7.226, de 22 de dezembro de 1999, que cria no Quadro de Pessoal da Administração Pública Direta os cargos que menciona... (PAUSA)

Em função dos concursos já terem sido realizados, descaracterizou-se a votação desta matéria, solicito sua retirada de Pauta.

Em 1ª discussão, em regime de urgência urgentíssima, Projeto de Lei nº 105/00, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que cria o Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Carlos Brito, que reúna a mesma em plenário para emitir Parecer oral... (PAUSA) Na ausência do Deputado Carlos Brito do plenário, solicito ao Deputado Benedito Pinto para assumir interinamente a Presidência e reunir-se em plenário (PAUSA).

O SR. BENEDITO PINTO - Reunida a Comissão, convoco o nobre Deputado Joaquim Sucena para relatar a matéria.

O SR. JOAQUIM SUCENA (RELATOR) - Sr. Presidente da Comissão de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Constituição e Justiça, Srs. Deputados que a compõem:

Encontra-se em pauta para oferecer parecer oral em Plenário o Projeto de Lei nº 105/00, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que cria o Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul, localizado no Município de Nobres, mais precisamente no Projeto de Assentamento Coqueiral/Quebó, com aproximadamente 12.512,5456 hectares, contendo uma área menor, de 512,5456 hectares, onde está efetivamente localizada a Gruta Lagoa Azul.

O Projeto descreve o seu perímetro, bem destacado e localizado, prevê que se tornaria uma área de preservação desse ecossistema e dessa área de rica potencialidade turística no Município de Nobres e prevê, efetivamente, no seu artigo 3º, que as terras e benfeitorias localizadas dentro dos limites descritos no artigo 1º desta Lei ficam declaradas de utilidade pública ou para fins de desapropriação, o que viria, em definitivo, efetivar que o Projeto possa atender não só a parte legal, como também a parte da intervenção governamental para sua plena funcionabilidade.

O Parque teria sua subordinação à Fundação Estadual do Meio Ambiente, a FEMA, e o Projeto de Lei estabelece o prazo máximo de cinco anos para elaboração do Plano de Manejo do Parque, que ficaria a cargo da FEMA.

Pela sua justificativa, o nobre Deputado coloca, entre outras coisas, que o ecossistema no qual está localizada a Gruta da Lagoa Azul tem necessidade de ser preservado, principalmente quanto a sua visitação, evitando a sua depredação.

Nós queremos nos associar à nobre iniciativa do Deputado Humberto Bosaipo e relatar pela aprovação do presente Projeto.

O SR. BENEDITO PINTO - O voto do Relator é favorável à tramitação e aprovação nesta Comissão. Passemos à coleta de votos dos demais membros da Comissão: Deputado Pedro Satélite (COM O RELATOR), Deputado Nilson Porto (COM O RELATOR), Deputado Carlos Brito (COM O RELATOR). O Deputado Benedito Pinto também vota com o Relator.

Portanto, Sr. Presidente, aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão o Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Vai à Comissão de Mérito. Vai à 2ª discussão.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 59/00, de autoria dos Deputados Eliene e Humberto Bosaipo, que institui o Programa Educacional de Bolsa Universitária. Com Parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Deputado Eliene e o Deputado Humberto Bosaipo pela iniciativa de um Projeto dessa envergadura, que institui o Programa Educacional de Bolsa Universitária e dá outras providências.

Eu quero aqui só fazer uma questão de encaminhamento. Nós vamos votar a favor desse Projeto, a maioria dos Deputados vai votar, porque é um Projeto interessante, é um Projeto que vai realmente atingir os interesses dos nossos estudantes. Mas, sabe o que vai acontecer com esse Projeto? Eu queria até pedir para a imprensa, para a sociedade acompanhar isso... Sabe o que vai acontecer com esse Projeto? O Governador vai vetar, depois voltará para cá, e a Bancada do Governo vai manter o Veto. É isso que vai acontecer! O Governador vai vetar, nós vamos ser a favor do Projeto... Esse Projeto é bom, excelente... Então, o Governador vai vetar o Projeto: “Ah, eu não quero

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

esse Projeto de bolsa de estudo...” Vai voltar para esta Casa de Leis, e a Bancada do Governo vai votar secretamente a favor do Governo e contra o próprio Projeto que eles votaram a favor. É isso que vai acontecer! E não adianta esconder o sol com a peneira. É isso! É o caso da hiena, mas eu não vou falar aqui o caso da hiena. É o caso da hiena! Quer dizer, é duro...

Então, eu quero aqui elogiar o Projeto. É um Projeto de grande envergadura, e pode contar conosco. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão...

Eu quero comentar que o Deputado Zé Carlos do Pátio acaba de cometer uma injustiça, porque o Deputado Eliene e o Deputado Humberto Bosaipo discutiram com o Governador, e o Governador se comprometeu a sancionar o Projeto.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputado que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputado que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO). Em discussão o artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputado que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 5º (LIDO). Em discussão o artigo 5º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputado que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 6º (LIDO). Em discussão o artigo 6º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputado que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 7º (LIDO). Em discussão o artigo 7º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputado que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 8º (LIDO). Em discussão o artigo 8º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputado que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 9º (LIDO). Em discussão o artigo 9º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputado que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Só se for uma exceção! Só se for uma exceção, porque o normal é o Governador vetar os projetos de interesse público que vêm para cá, e a Bancada do Governo vota no Projeto, mas depois vota contra o Projeto, na hora da apreciação do veto. Isso é o normal aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Essa pode ser uma exceção, não é, Sr. Deputado?

Em discussão única, Parecer favorável da Mesa Diretora, que concluiu pelo seguinte Projeto de Resolução:

**Concede licença aos Senhores Deputados
para ausentarem-se do País.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

base no que dispõe o artigo 26, inciso XXVIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder aos Senhores Deputados: Alencar Soares, Benedito Pinto, Carlos Brito, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour, Joaquim Sucena, Moacir Pires, Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio, José Carlos Freitas, Amador Tut, Hermínio J. Barreto. Silval Barbosa, Wilson Teixeira Dentinho, Eliene, Humberto Bosaipo, Romoaldo Júnior, Gilney Viana, Serys Silhessarenko, Emanuel Pinheiro e Jair Mariano, licença para ausentarem-se do País no decorrer do segundo semestre de 2000.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu pedi licença para ausentar-me do País, porque eu fui convidado por Sua Excelência o Governador do Estado para a visitar a Alemanha, em Hannover, ir à Feira Internacional que o Governo brasileiro está participando, e Mato Grosso tem um *stander*. Mas certamente eu não poderei ir, em virtude das obrigações partidárias. Até queria indicar o meu companheiro Deputado José Carlos Freitas para me representar nessa viagem, uma vez que é um Deputado empresário... Na volta ele vai se filiar ao PPS, e já o convidei insistentemente...(RISOS)

Eu acho que deve ser o Deputado José Carlos Freitas - vou pedir à Mesa que indique o Deputado -, porque é um Deputado empresário, é um Deputado que trabalha na área de frigoríficos, trabalha numa área empresarial. Agora, resta saber se o Governador aceita essa troca...

Com certeza, Deputado, Vossa Excelência já está indicado aqui pelo Deputado Humberto Bosaipo a substituí-lo nessa viagem a Alemanha. Essa viagem deve acontecer no próximo mês, entre o dia 15 e o dia 20, e certamente o alemão que eu treinei muito rapidamente, eu passo a Vossa Excelência, para que represente bem esta Casa. Muito obrigado.

O Sr. José Carlos Freitas - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, quero agradecer imensamente a indicação do meu amigo Deputado Humberto Bosaipo, tendo em vista que se eu tiver essa oportunidade, jamais irei decepcioná-lo e também a Mesa Diretora desta Casa. Irei representar a Casa e trazer conhecimentos, obviamente, para o que for realmente de melhor para Mato Grosso, tendo em vista que na Alemanha existem várias feiras do comércio e da indústria que são de grande destaque em nível mundial. E nós, que já tivemos oportunidade de participar em outras ocasiões, sabemos que realmente é uma feira de muita importância para Mato Grosso. Eu agradeço o convite de Vossa Excelência e estarei pronto para poder atendê-lo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão...

O Sr. Benedito Pinto - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, eu também estou solicitando para o segundo semestre a autorização para me ausentar do País, uma vez que tenho dois compromissos, um em Portugal e outro nos Estados Unidos. Em Portugal nós estaremos representando Cuiabá na convenção das Igrejas Assembléias de Deus do Brasil, e nos Estados Unidos nós temos convite para participar da Feira Mundial de Irrigação, em *Washington*, no mês de setembro, e como nós fazemos parte de um projeto sobre irrigação no Estado de Mato Grosso, por se tratar de um assunto de extrema

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

importância para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, nós estaremos fazendo tudo para participar desse encontro, pois se trata de uma feira onde se reúne a tecnologia de ponta do mundo inteiro sobre irrigação.

No ano passado, eu participei, foi no Estado da Flórida, na cidade de Orlando, e tive a oportunidade de adquirir grandes conhecimentos na área, inclusive dessa minha visita houve a participação, aqui em Mato Grosso, de um grupo que está se propondo a investir em mais de dez mil hectares de plantas irrigadas no Estado de Mato Grosso.

Então, como nós estamos vendo um movimento, no mundo inteiro, sobre a preservação ambiental, nós não temos outra alternativa em Mato Grosso a não ser investir em tecnologias de ponta para que possamos desmatar o mínimo possível e produzir mais, e a irrigação, sem dúvida, é hoje a solução para esse problema aqui no Estado de Mato Grosso e no Brasil. Eu entendo que as experiências que estão sendo feitas no Nordeste, no Vale do São Francisco, e em outras partes do Brasil, onde está se investindo em tecnologia de ponta para irrigação, sem dúvida o resultado está sendo surpreendente. E Mato Grosso é tido como um dos Estados onde a irrigação dará, sem dúvida, um aumento considerável na produção, sem termos que desmatar muita coisa mais. Nós temos hoje quase a experiência dos Estados Unidos, onde a área plantada é quase igual a nossa; no entanto, a produção deles é praticamente sete, oito vezes maior que a do Brasil anualmente.

Na verdade, quando se fala em Centro-Oeste hoje - e nós temos viajado pelo Brasil e participado de vários seminários, e os colegas têm participado também -, quando se fala no Brasil central, fala-se principalmente no Estado de Mato Grosso, pelo progresso e pelo desenvolvimento pelos quais Mato Grosso está passando neste momento. E irrigação faz parte do desenvolvimento de Mato Grosso e do Brasil. Então, eu não tenho nenhuma dúvida de que, participando desse encontro, nós estaremos, sem dúvida, trazendo divisas para o Brasil, não somente para o Estado de Mato Grosso. Essa é a razão pela qual estamos solicitando autorização a este Poder para que possamos participar desses encontros - um somente sobre irrigação e outro estritamente ligado ao meu segmento religioso, que, sem dúvida, é importante para mim. Muito obrigado.

O Sr. Joaquim Sucena - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo a palavra a Vossa Excelência.

Antes, porém, quero apenas justificar que incluí também meu nome, primeiro, porque estarei em Roma do dia 15 a 21 de dezembro, e estarei do dia 09 ao dia 16 de novembro em Washington, participando de um seminário, Deputado Gilney Viana, *A Amazônia e o Mundo*, promovido por uma universidade de Washington, onde farei uma palestra, juntamente com um participante do Amazonas. Eu inclusive convido algum Deputado que queira participar, que será importantíssimo.

Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, eu também gostaria de justificar a minha solicitação para deixar o País, tendo em vista as últimas notícias que colocam o Brasil como o 125º país em saúde pública. Isso nos deixa uma preocupação muito grande, até porque acreditamos nós que essa colocação nos deixa numa posição até privilegiada, porque nos restam apenas mais uns quatorze ou quinze países que estão com a saúde pública em piores condições que o Brasil. Esta preocupação talvez nos leve até a África, para que possamos ver como outros países conseguiram ficar abaixo da nossa classificação perante a Organização Mundial de Saúde, ou talvez nos leve a algum país que realmente tenha uma saúde pública privilegiada, como é o caso do Japão, para que nós possamos saber se realmente os investimentos aqui, principalmente do CPMF, que deveria ser um investimento feito na área de saúde, exatamente para melhorar as suas condições. E estamos praticamente alijados, ou melhor dizendo, a nossa população está totalmente alheia ao que seria a saúde pública do País.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

E talvez também eu vá, com diz nessa propaganda... Talvez eu tenha condições de dar uma chegada à Morávia - ou Moldânia, não sei -, um país onde terei a oportunidade de fazer, até pelo telefone, alguns relatórios, tendo em vista que essa é uma área, é um país que tem descontos nas ligações internacionais. De modo que, nessa tentativa de justificar e tendo, às vezes, a possibilidade de ser lembrado para participar de algumas coisas que interessam no sentido da saúde pública deste País, ou mesmo nos descontos da telefonia internacional, é que nós tivemos a oportunidade de colocar o nosso nome. Da mesma forma que, talvez despercebidamente, possamos atravessar a fronteira do Paraguai, nosso vizinho, ou mesmo da Bolívia, e não estarmos incorrendo na ilegalidade de deixar o País, nem que seja através da passagem da divisa, para termos a oportunidade de estar legalmente liberados pela Assembléia e conseqüentemente legalmente fazendo essas incursões internacionais.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Projeto de Resolução. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 147/00, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a instituir a Loteria Social, sua estrutura e funcionamento administrativo e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em discussão única, Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que concluiu pelo seguinte Projeto de Resolução:

**Aprova o Balanço Geral das Contas do
Governo do Estado de Mato Grosso,
referente ao Exercício Financeiro de
1999.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Aprovar o Balanço Geral das Contas do Governador do Estado de Mato Grosso, referente ao Exercício Financeiro de 1999.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Passo a ler o presente Relatório:

“Em 14-06-2000, o Tribunal de Contas do Estado encaminhou ao Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Riva, através do Ofício nº 5.637/PRE-00 o Parecer Prévio Favorável nº 006/00, a aprovação do Balanço Geral do Governador do Estado, referente ao Exercício de 1999.

O expediente foi lido na Sessão do dia 21-06-2000, e posteriormente encaminhado à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária para emitir Parecer.

O Colendo Tribunal de Contas, através dos seus técnicos, procedeu a exames nas contas do Governador do Estado, Exercício 1999.

As Diretrizes Orçamentárias para o ano 1999 foram estabelecidos na Lei nº 7.039, de 18-09-98, devidamente apreciada e registrada pelo Tribunal.

O Orçamento Anual do Estado para o exercício de 1999 foi aprovado pela Lei nº 7.109, de 21-01-99, registrado conforme Acórdão nº 1.048/99 do TCE.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

A Receita estimada para o exercício de 1999 foi orçada em R\$2.089.024.514,00 reais.

A Receita de diferentes tipos efetivamente arrecadada no Exercício foi de R\$2.236.895.607,05.

A análise do Tribunal de Contas do Estado no Parecer Prévio nº 006/00 foi com base no artigo 47, inciso I, da Constituição do Estado, na Lei Complementar nº 11/99, inciso II, artigo 2º, e no artigo 11 do Regimento Interno do Tribunal.

Na análise, o Tribunal de Contas levou em consideração os seguintes itens que constam do relatório:

- comparativo da Receita Orçada e a Arrecadada;
- evolução da Receita por fonte - período 1995/1999;
- gastos com pessoal;
- despesas com pessoal;
- gastos com ensino;
- operação de crédito.

O Balanço Geral do Estado, que compõe a conta do Governo Estadual, reflete a execução do orçamento fiscal e o comportamento fiscal e comportamento das receitas e despesas dos Poderes e órgãos.

As falhas apontadas foram corrigidas na fase de instrução e análise das contas.

Remetidos os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, o Procurador de Justiça, Dr. José Eduardo Faria, Parecer nº 3.561/00, emitiu Parecer favorável à aprovação das contas do Governador Dante de Oliveira.

A Coordenadoria de Serviços Jurídicos do Tribunal, representada pela Drª Rosana Kassar do Valle Rodrigues, emitiu Parecer Prévio Favorável às contas do Exercício de 1999 do Governo do Estado de Mato Grosso em judicioso Parecer nº 137/00.

Após o Parecer jurídico da Coordenadoria de Serviços Jurídicos do Tribunal e do Douto Ministério Público Estadual, o Tribunal de Contas do Estado emite Parecer Prévio Favorável ao Balanço Geral das Contas do Governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, por estarem as operações de acordo com os princípios previstos da Lei Federal nº 4.320, de 17-03-64, com algumas recomendações:

1) especial observância do controle interno na aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e na Valorização do Magistério, criado pela Emenda Constitucional nº 14/96 e regulamentado pela Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, aplicando-se no pagamento dos professores em efetivo exercício do magistério no mínimo 60% (sessenta por cento) desses recursos...

Nesse aspecto o Governo do Estado já tomou todas as providências no sentido de aperfeiçoar o quadro demonstrativo da efetiva aplicação desses recursos, não constituindo prejuízo ao desenvolvimento do ensino fundamental e na valorização do magistério.

2) a transferência automática de recursos do FUNDEF deve estar de conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64.

O Governo do Estado vem atendendo integralmente o disposto na Lei nº 4.320/64.

3) significativo montante da Dívida Ativa do Estado é crescente a cada Exercício, requerendo ação continuada, visando a sua cobrança.

A Procuradoria-Geral do Estado vem desenvolvendo todos os esforços através de ações judiciais, buscando o recebimento dos referidos créditos. Além das ações judiciais, leis estaduais foram aprovados com o mesmo objetivo.

4) cumprimento do disposto no art. 100, § 1º, da Constituição Federal quanto aos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

pagamentos dos precatórios.

O Estado em todas as oportunidades vem resgatando referidos débitos de acordo com sua capacidade de pagamento.

5) regularizar débitos de exercícios anteriores como o PASEP, e do presente Exercício fiscal, apropriar o valor equivalente a 1% (um por cento) das Receitas Correntes Arrecadadas, em obediência à Lei Federal nº 9.715, de 25.11.98.

Todas as providências estão sendo adotadas ao efetivo atendimento da presente recomendação. Não há qualquer erro na apropriação para o PASEP.

O assunto já foi completamente esclarecido quando do envio de justificativa ao Tribunal, e o Governo do Estado já tomou as providências para a correção dos equívocos apontados pelo Tribunal de Contas.

Queremos somente esclarecer, que o Ministério Público, que funciona junto ao Tribunal de Contas, cujo representante é o Dr. José Eduardo Faria, Procurador de Justiça, emitiu também Parecer pela aprovação das contas.

Participaram do julgamento das contas do Governador os Conselheiros: Djalma Metelo Eduardo Caldas, Ary Leite de Campos, Branco de Barros, Antônio Joaquim, com a presença do Procurador de Justiça Semy Stephan, na Sessão de 13-06-2000, aprovando Balanço Geral referente ao Exercício de 1999, com a lavra do Parecer nº 006/2000.

Isso posto, somos de Parecer Favorável à aprovação do Balanço Geral das Contas do Governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, referente ao Exercício de 1999, por não ferir nenhum dispositivo legal e constitucional.”

Parecer esse assinado por cinco membros da Comissão.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, antes eu gostaria de fazer, com a devida vênua, uma Questão de Ordem a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deferido.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, nós temos dois Projetos de origem do Executivo que são relevantes e que têm prazos determinados para apreciação pelo Legislativo, que é a LDO e a Prestação de Contas. A LDO tem o seu limite agora, no dia 30 de junho - se eu não estou equivocado -, e a Prestação de Contas tem o seu limite ao final do ano. Eu me lembro muito bem, Sr. Presidente, que no ano passado Vossa Excelência também colocou em pauta a apreciação de Contas, que eu acho que é função da Mesa, não há nenhuma crítica nesse sentido, e nós ponderamos, inclusive, que tinha alguma consideração regimental de que não existia pressão regimental para que votássemos e que também precisaria de um determinado tempo para que nós pudéssemos ler.

Eu refaço essa Questão de Ordem a Vossa Excelência, nos seguintes termos - a Questão de Ordem quanto ao procedimento da Mesa -: primeiro, de antecipar a apreciação da LDO ao invés da apreciação da Prestação de Contas; segundo, que nós possamos examinar com mais tempo a Prestação de Contas, porque ela é bastante volumosa; e terceiro, que não há prejuízo nem para o Legislativo nem para o Executivo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Procede a Questão de Ordem de Vossa Excelência, mas eu relembro, e a atitude da Mesa é baseada nisso, que o Colégio de Líderes decidiu - e nós inclusive alertamos na ocasião, que nós faríamos a apreciação de Vetos. Como nós não temos Vetos que possam sobrestar a pauta, decidimos priorizar a votação das Contas e da LDO. Só não estamos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

apreciando a LDO, porque o Relatório ainda não chegou às nossas mãos e chegará, hoje, às 16:00 horas. Como as Contas seguiram a orientação dos artigos 418 a 426 do Regimento Interno, nós achamos por bem colocar as Contas para apreciar, até porque nós iremos vivenciar um período eleitoral e acho que seria oportuno apreciarmos hoje, em função até da decisão do Colégio de Líderes que concordou com a ordem de votação: Vetos, Contas do Governador e LDO.

Portanto, eu faria um apelo ao Deputado, para que nós apreciássemos a matéria, que se fizesse a discussão necessária. Nós temos a Sessão de hoje para debater e discutir, mas que ela fosse em votação baseada no artigo 419, que foi integralmente cumprido pela Mesa, e também no artigo 424, que diz: “O Projeto de Resolução concernente à prestação de contas terá discussão única e votação secreta, e só poderá receber emendas, durante o seu debate, se subscritas pela maioria absoluta da Assembléia Legislativa”.

Portanto, eu dou continuidade ao processo de votação.

Continua em discussão o Parecer...

O Sr. Gilney Viana – Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA – Eu agradeço a atenção de Vossa Excelência.

O Deputado Zé Carlos do Pátio está fazendo a gentileza de me trazer os volumes e, certamente, ele está inscrito também, vai lhe servir oportunamente.

Sr. Presidente, Sr^a Deputada e Srs. Deputados, a primeira consideração que eu gostaria de fazer sobre a prestação de contas do Governador Dante de Oliveira no Exercício de 1999 é quanto ao Parecer e às conclusões do Tribunal de Contas.

Não sei se isso já aconteceu em outros anos, e por isso eu não posso remeter ao passado, mas me estranha muito que o Tribunal de Contas tenha feito apenas recomendações. E o fato de eu assinalar a estranheza não há nada de prerrogativo com relação ao Tribunal de Contas, mesmo porque o Tribunal de Contas é um órgão subalterno à Assembléia Legislativa, ao Poder Legislativo.

O que me assusta é que a acuidade do Tribunal de Contas sempre atenta, não obstante ter constatado imprecisões - imprecisões, pelo menos -, no máximo irregularidades, e quiçá, ilegalidade, eu não tive oportunidade de identificar. Eles apõem ao final apenas quatro ou cinco recomendações... Recomendações óbvias, que dizem respeito a cumprir determinada legislação, para execução do FUNDEF, e, se não me engano, sobre as próprias... Estou aqui manipulando o Relatório, com a ajuda, naturalmente, do nosso Consultor Técnico-Jurídico. E recomendações que, na verdade, corroboram as contas do Governo.

Com isso, eu quero dizer que, com mais atenção, é preciso que o Plenário da Assembléia Legislativa examine as contas, sem desfavor, sem desmerecimento, não só pelos técnicos que elaboraram, do Sr. Governador, e tampouco para o Tribunal de Contas do Estado.

Segunda observação, as contas de 1999 têm uma questão relevante, esta é relevante, que é um incremento extraordinário da arrecadação própria, tanto do ICMS quanto do IPVA, que são duas fontes básicas da arrecadação própria do Estado.

O ICMS teve uma arrecadação superior, da ordem de 37%. Se olharmos, vamos dizer assim, como se diz, “fazendo a conta de diante para trás”, em relação à arrecadação de 1998. E aí surge a primeira indagação, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, por que em 1999 nós tivemos uma arrecadação com um incremento de 37% sobre a arrecadação de 1998? E por que a arrecadação de 1998 foi 15% - arredondando, na verdade foram 14,47% - a menos, menor que a arrecadação de 1997? E por que a arrecadação de 1997 teve um incremento maior de cerca de 17% em relação a 1996, e se refletindo o mesmo fenômeno de 1996 para 1995? Qual é a explicação para que nós tenhamos em 1998 uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

arrecadação tão baixa e em 1999 uma arrecadação que volta ao patamar da curva crescente que já vinha de 1995, 1996, 1997, caiu em 1998 e voltou a subir em 1999?

Se nós fizermos uma média, Deputado Zé Carlos do Pátio, em 1998 e 1999 nós teremos o mesmo incremento médio, de cerca de 17%. Eu estou falando aqui num discurso livre, sem consultar os números, no incremento anual da Receita. Então, 1998 foi um ano atípico, um ano atípico, e eu gostaria de explicar para esta Casa porque ele foi atípico, eu gostaria de explicar a queda da arrecadação em 1998 e o incremento da arrecadação em 1999.

Tem dois motivos para a arrecadação baixa em 1998: primeiro, era um ano de reeleição; segundo, era um ano em que culminou com a máquina arrecadadora na mão de uma "máfia do Fisco", em que no pico da escala administrativa arrecadatória estava uma pessoa acusada, literalmente e nas barras dos Tribunais agora! Então, não há suposição...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu pediria um instante ao Deputado Gilney Viana, para transferir a Presidência ao Deputado Rene Barbour.

O SR. GILNEY VIANA - Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao Deputado Rene Barbour que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RENE BARBOUR ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:46 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RENE BARBOUR) - Continua com a palavra o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Muito obrigado, Deputado Rene Barbour, que assume a Presidência desta Casa. Com muita honra estou sob o seu comando.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que eu estava argumentando é que ocorreram dois motivos para a baixa arrecadação de 1998. Foi a "máfia do Fisco" ter, literalmente, dilapidado as possibilidades arrecadatórias do Estado, de uma ordem que, talvez, chegue a duzentos e cinquenta, trezentos milhões, porque é o *gap*, é o buraco entre a arrecadação projetada e a arrecadação executada, conseguida. Isso não quer dizer, necessariamente, que essa arrecadação tenha sido embolsada por "a", "b" ou "c". Quer dizer que foi deixado de arrecadar um montante desse tipo, eu diria, porque na curva, 17% sobre oitocentos e cinquenta, noventa, iria dar, exatamente, um bilhão, cento e poucos milhões, que é o que deu na arrecadação de 1999.

Segundo, é um ano eleitoral. O Governo do Estado, numa manobra política, não forçou a mão sobre a máquina arrecadatória, não no sentido lesivo, não no sentido de má fé, mas no sentido de ser leniente no cumprimento de suas obrigações arrecadatórias. Ora, isso não tem nada a ver com a discussão se a carga tributária é maior ou menor. Isso quer dizer que o Governo manipulou politicamente a arrecadação de 1998. É isso que nós queremos dizer, manipulou negativamente no sentido de prejudicar a população e o Estado de Mato Grosso. E para se recuperar dessa manobra, dessa sua leniência, ele teve que fazer uma outra manobra para recuperar a arrecadação em 1999. E qual foi essa manobra? Ele apôs e o Legislativo Estadual confirmou novas taxas, incremento das taxas nos impostos, aumentou o ICMS, aumentou o IPVA, basicamente que são as duas fontes arrecadatórias do Estado. Ou seja, em função da má administração, da má gerência do Sr. Governador, o povo pagou. O povo pagou num incremento de arrecadação extraordinário. Extraordinário, porque em dois anos, ou melhor, em um ano, teria que ter um incremento equivalente ao de dois anos. Não conseguiu exatamente isso, mas quase.

Então, o esforço arrecadatório foi em cima de uma sobretaxa do consumidor e do contribuinte, particularmente com o incremento do ICMS e o incremento do IPVA.

Se nós olharmos os dados da arrecadação - eu estou me reportando aos dados da Secretaria da Fazenda, e não necessariamente aos dados aqui da prestação de contas, que devem ser os

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

mesmos -, em 1995 o ICMS foi de setecentos e dez, novecentos e trinta, duzentos e oitenta e sete milhões; em 1996, oitocentos e dezessete milhões; em 1997, novecentos e setenta e três milhões; em 1998, oitocentos e vinte e nove milhões; em 1999, um milhão cento e vinte e cinco milhões. Pode ter erros, porque a correção é dos dados mais recentes, pode reformular o dado, porque é da Mensagem do Governo no início do Exercício desse ano.

Então, Sr. Deputado, nós estamos diante de um fato escandaloso, que é o Governo forçar a barra - usando a linguagem popular - do contribuinte, e aí o contribuinte, seja ele pequeno, médio ou grande, de todas as faixas, inclusive empresariais, profissionais liberais, assalariados, aqueles que vivem de bico ou de expedientes, ou da economia informal, que hoje abrange mais de 50% da população ativa.

E isso nos remete também a uma análise das contas especificadas... E aqui eu quero entrar num item muito interessante, a maior despesa executada é da Secretaria de Educação, é natural que o seja.

O Deputado Joaquim Sucena já foi Secretário de Estado, Deputado Federal, e aqui nós temos o Deputado Rene Barbour, que é decano entre nós aqui na Assembléia Legislativa - eu acho até que ele é o nosso patriarca...

Então, eu lhes digo, a Educação consumiu cerca de 20,1% do total de toda a Receita própria. Depois, isto que é escandaloso, a Dívida Pública consumiu 16,2% da arrecadação própria. Então, o que acontece? Todo esforço arrecadatório, todo sacrifício da população serviu para pagar o serviço da dívida, ou seja duzentos e vinte e oito milhões. É uma sangria desatada, em que a dívida consome a parte que deveria ser de investimentos, não só materiais, mas humanos, para melhorar o Estado, a administração e as condições da população.

Se nós juntarmos FUNDEF, que é o Fundo destinado à valorização do magistério, da educação fundamental, nós teremos uma massa de recursos de mais de quatrocentos milhões para a Educação, e o que nos assusta é que com mais de quatrocentos milhões para a Educação, o Governo não tem a possibilidade de cumprir as obrigações legais assumidas perante a sociedade, perante a lei e perante o Poder Legislativo de cumprir a LOPEB. O Governo não cumpriu a LOPEB, que é uma Lei! Não cumpriu a LOPEB! É por isso que houve a greve dos servidores públicos da Educação.

Desses quatrocentos milhões, ou mesmo dos duzentos e oitenta e três milhões, uma parte ínfima - talvez isso conte em 2%, 3% - deveria ser destinada a cumprir a LOPEB, que daria um incremento na base de 8% na folha de pagamento da Educação. E isso o Governo não cumpriu! E eu digo o seguinte - não tive tempo, mas essa explicação não deve estar aqui -: eu coloco em dúvida se essa explicação por que ele não cumpriu a Lei, sendo que tinha recurso para fazê-lo e não tinha motivações extraordinárias, ou uma calamidade pública que moralmente poderia justificá-lo e não tem.

Então, Srs. Deputados, com o incremento de uma arrecadação na base de 17% ao longo de cinco anos, com o PIB crescendo na ordem de 7,2% ao longo de quinze anos, que aumentou a riqueza tributável - e aqui nós temos vários Deputados, temos o Deputado Hermínio J. Barreto, que é funcionário da SEFAZ, naturalmente licenciado para exercer o mandato de Deputado Estadual... Ou seja, nós temos uma massa tributável crescendo continuamente, nós temos a arrecadação própria crescendo continuamente, e nós temos, durante a gestão do Sr. Dante de Oliveira, uma contenção de gastos draconiana, que incide principalmente sobre a folha de pagamentos. E quando se cumprir as obrigações da Lei de Responsabilidade Fiscal, e aí está incorporada a Lei Rita Camata, o Governo fala: "Não, nós chegamos ao ponto limite dos gastos com a folha de pagamento em relação a determinações legais". Cinquenta e nove ponto sete por cento, alguma coisa desse tipo! Ora, como se explica que todos os anos o Governo coloque a folha de pagamento no limite?...

O SR. PRESIDENTE (RENE BARBOUR - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) -

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

A Presidência comunica ao Deputado Gilney Viana que dispõe de três minutos para encerrar sua discussão.

O SR. GILNEY VIANA - Agradeço a Vossa Excelência.

Como se explica? Que lógica mágica?...

O Sr. Benedito Pinto - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RENE BARBOUR) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Eu gostaria, Sr. Presidente, que Vossa Excelência, após o Deputado Gilney Viana encerrar a sua discussão, suspendesse a Sessão por dez minutos, para que eu possa apresentar uma proposta à nossa Bancada.

O SR. PRESIDENTE (RENE BARBOUR) - A Presidência defere o pedido do Deputado Benedito Pinto, e após o Deputado deixar a tribuna, suspende a Sessão por dez minutos.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, como se explica para um cidadão de médio QI, de uma situação mediana, como nós outros, como todos os cidadãos, que a arrecadação esteja aumentando numa proporção de 17% ao ano, que a folha de pagamento não esteja acompanhando essa proporção, embora exista uma inércia que incrementa, às vezes, por biênio, anuênios, os direitos legais, alguns já foram cassados, e a contenção da folha rebaixa o total, e, não obstante isso, não se pode dar incremento na folha de pagamento, porque chegaria no limite da Lei Rita Camata?!

Em verdade é uma manipulação contábil o que nós estamos vendo aqui em relação a esse limite que o Governo se impõe para justificar o seu discurso, para não aumentar os salários dos servidores públicos em dois aspectos, Deputada Serys Slhessarenko: primeiro, o aspecto legal, constitucional, é verdade, mas ilegítimo e imoral, do chamado ajuste fiscal, que impôs à categoria o chamado Balanço Primário, onde se tira as despesas da Receita e se faz o Balanço. Ou seja, tira a parte do “leão”, dos banqueiros, que não pode ser incluída no Balanço, para que depois nós possamos fazer um ajuste, depois que separou a parte do “leão”, não do Leão da Receita, o “leão” dos banqueiros, inclusive dos banqueiros internacionais.

Segundo, por que a forma de cálculo do balanço primário, o que inclui e o que não inclui, para saber se há possibilidade de haver incremento na folha de pagamento, é altamente questionada por alguns técnicos que não são do TCE, que não são aqui da Assembléia Legislativa, técnicos independentes.

Então, Sr. Presidente, para ser honesto comigo mesmo, eu gostaria de dizer para Vossa Excelência o seguinte: nós precisaríamos ter mais tempo para que nós possamos fazer uma auditoria independente nas contas, nas prestações de contas. Nós rogamos à Presidência que não submeta à votação esse Projeto...

O SR. PRESIDENTE (RENE BARBOUR - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - O tempo de Vossa Excelência está encerrado, Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Eu encerro agradecendo e pedindo vênias para requerer que não se submeta à votação o Projeto da prestação de contas do Governo em relação ao Exercício de 1999, porque nós da Oposição, particularmente da Bancada do PT, não nos consideramos suficientemente esclarecidos para votar com plena consciência. E não o fazendo, votaremos contra, não só por ser Oposição, mas porque estão cerceadas nossas possibilidades de examiná-lo em profundidade. Muito obrigado.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RENE BARBOUR) - Deputada Serys Slhessarenko, já é uma decisão da Presidência que após o tempo do Deputado Gilney Viana a Presidência suspenderia a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Sessão, com base no Requerimento oral de autoria do Deputado Benedito Pinto, por dez minutos.
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 11:00 HORAS E REABERTA ÀS 11:08 HORAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO RIVA.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Declaro reaberta a presente Sessão.

Continua em discussão o Projeto ...

A Sr^a Serys Slhessarenko - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, a Deputada Serys Slhessarenko...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência verificasse o *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu peço aos Srs. Deputados, que se encontram na sala ao lado, que adentrem ao plenário e não farei neste momento a verificação de *quorum*, porque nós não estamos votando, estamos apenas na fase de discussão. Prometo, na fase de votação, atender o pleito de Vossa Excelência.

Continua em discussão o Projeto ...

Com a palavra, para discutir, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez, nós nos encontramos numa situação neste Parlamento de dificuldade, e algo totalmente desnecessário do nosso ponto de vista. As contas recém chegaram e nós precisamos de tempo, tempo para estudar, para discutir, para convocar pessoas para nos auxiliar, porque há questões aqui que não estão claras.

Antes de entrarmos na discussão do Relatório das Contas do Governo, feito pelo Tribunal de Contas, eu gostaria de pegar o final da fala do Deputado Gilney Viana, quando ele falava da situação aparentemente imposta pela Lei Rita Camata aos Governos de Estado. Esta não é a situação de Mato Grosso. Mato Grosso, hoje, Srs. Deputados, eu tenho andado pelas ruas, pelas reuniões, pelas assembleias populares, pelo interior do nosso Estado e tenho ouvido muitas reclamações e reivindicações, em especial do funcionalismo público dos serviços essenciais, porque muitos dos Srs. Deputados, muitos, eu tenho certeza, têm passado por inquirições e interpelações pelo interior do Estado e aqui na Capital, com relação à necessidade de melhoria dos salários.

Eu perguntaria ao Líder e ao Vice-Líder do Governo, se eles não têm tido esse problema nas suas regiões. E a resposta é sempre a mesma: "Não há recursos". A Lei Rita Camata é um bode expiatório, eu sempre chamei essa lei de "Lei Rita que Mata", mas hoje ela não pode mais ser desculpa, porque eu chamaria aqui a atenção aos Srs. Deputados - se eu não estou equivocada e cada um pode pedir a sua assessoria que procure esse jornal -, no jornal de quarta-feira da semana passada, jornal *A Gazeta*, na última página do primeiro caderno, com fotografia e tudo, o Sr. Valter Albano diz - salvo que haja engano deste meio de comunicação, o que eu não acredito, porque não houve nenhum desmentido - que aqueles Deputados que têm preocupação, como o Deputado Wilson Teixeira Dentinho... o Deputado Wilson Teixeira Dentinho sempre tem vindo aqui para a tribuna dizer que há necessidade de uma mobilização dos Srs. Deputados pela melhoria dos salários...

Deputado Wilson Teixeira Dentinho, na quarta-feira da semana passada, o Secretário Valter Albano, Secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso, disse: "Dinheiro tem". Está lá escrito na última página do principal Caderno do Jornal *A Gazeta*. O Senhor busque junto a sua assessoria, com foto de Valter Albano, dizendo: "Dinheiro tem, mas nós não vamos fazer nenhuma forma de reajuste. Dinheiro tem, porque nós, mesmo..." - olha as palavras dele ... "com a Lei de Responsabilidade

Fiscal...” - e nem citou a "Lei Rita que mata" - "...mesmo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, nós, Estado de Mato Grosso, poderíamos estar gastando com pessoal quarenta e nove ponto alguma coisa...” - praticamente 50% da arrecadação - "...mas nós estamos gastando apenas 44%”, palavras de Valter Albano!

O Estado de Mato Grosso está gastando com serviços públicos, e aí eu defendo como o Senhor defende, especialmente os serviços essenciais: Educação, Saúde e Segurança, os outros também, mas em especial essas três funções têm que ser desempenhadas com competência pelo Poder Público e remuneradas com dignidade. Valter Albano diz que está gastando apenas 44%! E ele não desmentiu essa notícia!

E disse mais, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, o que é mais grave, Sr. Líder do Governo, Vice-Líder e Líder do PSDB, disse mais, Sr. Presidente desta Casa, que o que... Aí foi perguntado pelo repórter: “Mas como? Há uma necessidade de reajuste, o salário está extremamente difícil para os trabalhadores, estão congelados há quantos anos?” A resposta dele foi a seguinte: “Está sobrando dinheiro, sim, mas esse dinheiro é para pagamento da dívida”.

Senhores, eu acho isso, realmente, uma violência tão grande contra a população de Mato Grosso, um Secretário de Estado, da envergadura de um Secretário de Fazenda, dizer que está sobrando dinheiro, sim... Por favor, procurem essa matéria aí.

Eu peço, agora, à Secretaria de Imprensa, porque eu tentei, já falei com a imprensa, eu não consegui ainda divulgar esse problema, esse problema é muito grave. O Secretário de Estado da Fazenda, disse: “Dinheiro tem, está sobrando. Eu posso gastar com Pessoal quarenta e nove vírgula não sei quanto, mas eu estou gastando apenas 44%. Não vou permitir nenhum reajuste, porque a sobra desse dinheiro que poderia ir para reajuste do funcionalismo, vai para pagamento da dívida.” Palavras de Valter Albano, na última página do Caderno maior, do principal caderno do jornal *A Gazeta*, de quarta-feira da semana passada, não sei que dia era do mês.

Então, fica isso registrado, para não dizer que nós não sabíamos, que nós não tivemos, que com certeza nem todos nós temos tempo de ler o jornal, eu li nesse dia porque alguém me mostrou essa matéria, porque senão eu também não teria lido.

Portanto, eu não estou cobrando dos Srs. Deputados se leram ou não leram, se se inteiraram ou não, mas eu estou colocando a par este Parlamento, está registrado nos Anais deste Parlamento: “Dinheiro tem...” - dito por Valter Albano - “...Não vamos conceder nenhum reajuste porque não achamos conveniente, nós queremos é reservar dinheiro para pagamento da dívida”.

Quer dizer, está acima da vida da população de Mato Grosso a dívida? Fica essa pergunta. Para nós a vida está acima da dívida, para o Governo de Mato Grosso a dívida está acima da vida, porque esse dinheiro seria para, fundamentalmente, o tripé essencial neste Estado, que é Saúde, Educação e Segurança, pelos quais toda a sociedade está clamando.

E toda a sociedade está clamando por estradas, sim, também, mas criaram o Fundo, e agora eu volto, retomo aqui, a cobrar do Deputado Nilson Leitão, com relação ao Fundo... Isso é grave! Nós precisamos de um controle, determinar esse dinheiro do Fundo, porque os primeiros dois milhões não se sabe para onde foram! Foram ocupados sem licitação, não sei que máquinas foram compradas, a que preço foram compradas ou alugadas, e para onde foram. Eu exijo essa explicação do Governo do Estado! E o Deputado Nilson Leitão nos prometeu, nós estamos aguardando a prestação de contas dos primeiros dois milhões, que não existiu. Não pode sair dinheiro do cofre do Estado, não são pagos com facilidade esses impostos. O povo está pagando, e está pagando caro, e o povo tem que ter sabedoria, tem que ter conhecimento, para onde está indo esse dinheiro.

Retomando aqui, eu gostaria de fazer uma colocação séria que é a questão da dívida, novamente, que aparece aqui.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Srs. Deputados, “o montante das operações de crédito realizadas no exercício não poderá ser superior a 18% da Receita Líquida Real e o total do dispêndio anual com a dívida será até o limite de 13%, o saldo da dívida não poderá ser superior ao dobro do valor da Receita Líquida Anual - Resolução nº 78/98, alterada pela Resolução nº 93/98 do Senado Federal.”

Srs. Deputados, eu li este pedacinho aqui para dizer, por favor, atencem! Aqui somos pessoas de responsabilidade! Nós estamos aqui porque o povo confiou em nós! Votou em nós! Nós temos muita responsabilidade! Nós não podemos decidir, lendo a Resolução nº 78/98, alterada pela Resolução nº 93/98... E aí? O que é isso? Onde está?

Eu estou buscando essas leis. Isso foi entregue há poucos dias. Não tem uma semana que foi lido isto aqui em plenário. Nós estamos buscando esses documentos. Eu só poderei me posicionar quando tiver esses documentos em mãos. Sei lá que lei é essa alterada por aquela... E só para citar um exemplo, nós temos aqui dezenas de exemplos de leis que embasam - e tem que ser embasado dessa forma, tem que ser embasado em lei, mas eu preciso ir atrás dessas leis, estudar, proceder a um estudo.

Logo adiante: “...Os valores pagos no Exercício de 1999...” - Deputado Wilson Teixeira Dentinho - “...da dívida intralimite e extralimite foram de duzentos e trinta milhões, duzentos e sessenta e dois mil, representando um global de 17% da Receita Líquida Real...”

Desse dispêndio, a dívida intralimite consumiu cento e sessenta e dois milhões, quinhentos e oitenta mil, representando doze por cento vírgula alguma coisa da Receita Líquida Real, e a dívida extralimite consumiu sessenta e sete milhões, etc. e etc.

Com isso eu estou querendo dizer o quê? Olhem a gravidade da situação! Está dessa forma e com dificuldade... Por que nós estamos estudando? E nós não temos tempo. Nós temos que aprovar, porque querem aprovar isto aqui de qualquer jeito! Poxa, se está tudo muito bem, se está tudo muito bom, calma, tem tempo! Deixem-nos estudar, deixem-nos conhecer! Nós precisamos conhecer! Eu, pelo menos, não admito votar alguma coisa sem saber o que estou votando. Eu não estou aqui mandada e determinada por ninguém, a não ser pelo povo. E o povo quer transparência e quer saber das coisas! E para eu poder explicar para quem quiser saber das coisas, eu tenho que saber.

De plano e de pronto eu vou votar contra. Pode ser que esteja tudo certo, mas eu vou votar contra porque eu não consegui entender ainda. Eu estou estudando. E não é isto aqui! Isto aqui é um resumo. Está aqui, olhem aqui... Como é que querem que eu estude esses dois pacotes desse tamanho em meia dúzia de dias? Eu sou uma Parlamentar, eu tenho muito serviço, e eu trabalho muito. Eu costumo dormir das duas da manhã às seis horas, sete horas da manhã, e olhe lá. Eu trabalho dia e noite ininterruptamente. Agora, querem que eu estude isso em meia dúzia de dias? É impossível, e não há necessidade. Tem muita coisa mais importante que isso, a não ser satisfazer o ego de Sua Excelência "o faraó" Dante de Oliveira, satisfazer o ego do faraó: “Olha, eu já tive minhas contas aprovadas, eu sou ótimo, eu sou maravilhoso, não sei o que, não sei o que, eu sou uma beleza em prestação de contas...” Só que os Deputados aprovaram tudo sem sequer ler. Eu, pelo menos, não consegui ler, e olha que me esforcei.

Se vejo aqui...

O Sr. Alencar Soares (FORA DO MICROFONE) - Há quinze dias isso foi lido aqui.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Não, Senhor.

Quantos dias fazem que foi lido aqui, por favor?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Sete dias.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Sete dias.

Muito bem, Sr. Presidente. Muito obrigada!

Sete dias que foi lido. Agora, se tem gente que tem tempo para, em sete dias e sete

noites, fazer isso... Eu presido uma CPI extremamente complicada, estou trabalhando diuturnamente nela, sou Deputada, tenho muitos interesses da sociedade para defender e também tenho que estar plenamente presente aqui dentro deste Parlamento.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - O Deputado Alencar Soares fica quase em cima da Deputada Serys Slhessarenko, sem dar condições de ela discutir o Projeto, que ele peça um aparte, que discuta, agora ficar em cima...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu vou atender o pedido do Deputado Zé Carlos do Pátio...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...Fica olhando para ela, admirando a beleza da Deputada... A Deputada, realmente, é uma Deputada bonita, porque é séria, faz uma oposição firme aqui. Será que precisa dessa admiração toda, Deputada?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu peço ao Deputado Alencar Soares que não fique em cima da Deputada, que sente no seu lugar e deixe a Deputada discutir a matéria.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Nós gostaríamos de colocar o seguinte: Com relação à Educação, as Fontes 120, 122, os gastos que aparecem aqui do Governo Estadual, que teriam que ser 25% no mínimo - aliás, a Constituição Estadual prevê 35%, existe uma ADIN contra a aplicação dos 35%...

O Governo do Estado diz que vem aplicando apenas 25%. Só que os duzentos e oitenta e quatro que aqui estão destinados à Educação...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Comunico à Deputada que restam apenas dois minutos para encerrar o seu pronunciamento.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Nós gostaríamos de dar uma alerta, dizendo que os 25% da Educação não foram destinados para o desenvolvimento do ensino. Não foram! E tem mais, a dívida intra e extralimite, como eles chamam, aqui, ela praticamente empata. Intra e extralimite foi de duzentos e sessenta e dois milhões o dinheiro gasto com a dívida, e com Educação realmente o que veio da fonte estadual foi duzentos e oitenta e quatro.

Tem alguma coisa errada. Ou está pagando mais de 20% para a dívida ou está gastando menos de 25% com Educação. Tem algo muito errado neste reino! É óbvio que depois a Educação chegou a trezentos e vinte e três milhões, mas entre outras fontes entra salário educação, transferência complementar aos municípios, repasse de convênios e tudo mais, que chegou a atingir trezentos e vinte e três. Só por esse dado de duzentos e sessenta e dois milhões gastos com a dívida e duzentos e oitenta e quatro com a fonte realmente estadual para a Educação, eu pergunto: se diz que não pode gastar com a dívida mais de 18% da Receita Líquida Real, ou ele gastou mais de 200% com a dívida, ou ele gastou menos de 25% com a Educação, e qualquer dessas coisas que tenham acontecido é realmente criminoso, e nós não podemos aceitar, nós não podemos admitir.

Portanto, eu peço tempo. Não dá para votar isso aqui, sob pena de estarmos incorrendo em procedimentos equivocados, em irregularidades e até mesmo em ilegalidades. Muito obrigada, infelizmente o tempo acabou.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão...

O Sr. Benedito Pinto - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pode deixar...

O SR. BENEDITO PINTO - Vossa Excelência quer um aparte, Deputado Zé Carlos do Pátio?

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu quero colocar que a Bancada do Governo, mais uma vez, ganhou o *round*, porque eu havia me inscrito antes, mas Vossa Excelência pediu para discutir, Vossa Excelência é um Deputado de três mandatos, é um Deputado que realmente honra esta Casa e pode falar primeiro...

O SR. BENEDITO PINTO - Deputado Zé Carlos do Pátio, como Vossa Excelência é de primeiro mandato, ainda não sabe que não há inscrição para discussão de matéria...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu havia comunicado ao...

O SR. BENEDITO PINTO - A discussão é solicitada ao microfone, Deputado.
(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA.)

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu havia solicitado ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu quero pôr fim ao impasse, eu sempre me refiro aos Srs. Deputados, o Deputado Benedito Pinto tem razão quando diz que na discussão, mesmo que alguém solicite antes, tem preferência quem está no microfone, usando o microfone da tribuna...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu falei no microfone!

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - ...Então, o Deputado Benedito Pinto tem direito a palavra. Com a palavra, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu falei que depois da Deputada Serys Shessarenko...

O SR. BENEDITO PINTO - Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, assistência, eu estou acompanhando aqui os meus antecessores discutindo a matéria referente à apreciação por este Plenário das Contas do Governo do ano de 1999.

A Constituição do Estado de Mato Grosso, Srs. Deputados, determina que o Poder Legislativo tem um órgão auxiliar com o nome de Tribunal de Contas, e que o Tribunal de Contas do Estado também depende do Ministério Público Estadual para oferecer parecer aprovando ou rejeitando qualquer prestação de contas, seja ela do prefeito ou do presidente da câmara do município mais distante deste Estado, ou da Capital, ou de qualquer Secretaria de Estado. Então, o Tribunal de Contas foi constitucionalmente criado para fazer a fiscalização, com acompanhamento do Ministério Público do Estado. Então, estamos votando as contas do Governador Dante de Oliveira, Exercício de 1999, que passou pelo crivo dos técnicos do Tribunal de Contas, que passou pelo parecer técnico do Ministério Público Estadual. Na minha concepção, esses órgãos, esses cidadãos que compõem tanto o Tribunal, a sua parte técnica, como os Ministros que votam no Plenário do Tribunal, como também os técnicos do Ministério Público, analisaram as contas do Governo, acompanharam a execução e deram o seu parecer favorável à aprovação, e o Pleno do Tribunal de Contas aprovou por unanimidade.

Exposto isso, a Assembléia Legislativa cumpre o seu papel constitucional de apreciar, aprovando ou rejeitando o parecer oferecido pelo Ministério Público e votado pelo Pleno do Tribunal de Contas do Estado. Nós estamos aqui para dizer sim ou dizer não ao parecer que eles, técnicos, tiveram a oportunidade de analisar.

É claro que o Deputado, por mais que ele possa querer acompanhar a execução orçamentária do Estado, ele não vai ser capaz de acompanhar, só se ele não exercer o seu mandato e ficar só querendo descobrir ou acompanhar a execução orçamentária... Isso não nos isenta também de fiscalizar a execução do orçamento. Qualquer Deputado que tem assento nesta Casa, Srs. Deputados, tem todo o direito de exigir e de acompanhar a execução orçamentária do Estado. Eu, qualquer dúvida que tenho, em qualquer órgão, tenho o direito constitucional de me dirigir a qualquer deles e solicitar explicações de qualquer que seja o recurso que eu entender que esteja sendo aplicado bem ou mal.

quando a sociedade espera...

Então, na verdade, aqui eu estou defendendo os Srs. Deputados, uma vez que alguns oradores tentam dizer que nós temos a obrigação, Deputado Joaquim Sucena, de conhecer a execução orçamentária. Jamais! Nem aqui, nem no Congresso Nacional, com raras execuções. Eu já tenho, já estou no terceiro mandato e acompanho a execução orçamentária desde o primeiro ano. Já votei aqui contas do Governador Edson de Freitas, do Governador Carlos Bezerra, do Governador Jayme Campos, nos seus quatro anos, as contas do Governador Dante de Oliveira até o ano passado, e estamos hoje discutindo as contas de 1999.

O Sr. Hermínio J. Barreto - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. BENEDITO PINTO - Concedo, Deputado Hermínio J. Barreto.

O Sr. Hermínio J. Barreto - Vossa Excelência faz um pronunciamento não em defesa do Governo, mas em defesa do trabalho realizado pelo Tribunal de Contas do Estado. Tribunal de Contas que julga as contas de todos os municípios mato-grossenses, e que tem reprovado contas de importantes municípios de nosso Estado. Tanto é que na minha cidade, Rondonópolis, o Tribunal de Contas reprovou contas de ex-prefeitos, e de prefeitos de outras cidades de grande importância. E com o advento, com a presença do Ministério Público - e hoje a sociedade, os diversos segmentos da sociedade, e a Assembléia Legislativa aqui mesmo, em diversos discursos, tem dado crédito ao Ministério Público aqui no nosso Estado de Mato Grosso... Eu, como Presidente dessa Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, relatei as Contas do Governo, em conjunto com os técnicos que nos assessoraram desde anteontem, até hoje quase pela manhã, nós demos Parecer favorável à aprovação das Contas do Governo do Estado dentro das explicações dadas pelo Tribunal de Contas, com seus mais de trinta técnicos especializados em Contas Públicas do nosso Estado e também com a aprovação do Ministério Público, com o crivo do Promotor Público que analisou as contas durante seis meses, debruçado neste Relatório do Governo do Estado. Portanto, hoje, não se guerreia a aprovação ou não aprovação de contas.

Assim como Vossa Excelência, eu mesmo também aprovei contas de ex-Governadores quando fui Deputado, em 1987 e 1988, sendo adversário inclusive do Governador Carlos Bezerra, tive a honra de votar favorável às contas do eminente Governador Wilmar Peres de Farias, nas suas contas de 1988, e um ano após votamos as contas, eu ainda tive a honra de votar as contas do ex-Governador Carlos Bezerra.

É dentro desse aspecto, dentro dessa técnica de se julgar contas que vem, e o Tribunal está lá para assessorar o Poder Legislativo, para nos mandar aqui as contas já vasculhadas pelo Tribunal de Contas, e hoje com o apêndice do Ministério Público do nosso Estado no julgamento das contas do Governo do Estado.

Portanto, Vossa Excelência está de parabéns pelas suas colocações. Muito obrigado.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Deputado Hermínio J. Barreto, eu agradeço pelo seu aparte, e acrescento o seguinte: O Tribunal de Contas, na minha concepção, é o órgão competente, de crédito, capaz de oferecer o Parecer. Tanto é, Srs. Deputados, que aqui nesse Parecer existem - parece - quatro restrições que eles apontaram como pontos que podem ser corrigidos, não são pontos que extrapolam, que prejudicam a execução do dinheiro público, não são pontos que desviam o recurso público.

Então, o Tribunal, na minha concepção, analisou corretamente nos aspectos que eles apontaram como possíveis irregularidades ou pontos passíveis de correção. Então, eles tiveram a honrabilidade de apontar essas restrições.

Isto posto, nós acreditamos que nenhum Sr. Deputado será incriminado em votar contra ou a favor das contas do Governo, mesmo porque, eu até digo que os Srs. Parlamentares que

gostam de saber as coisas, o mandato que os Parlamentares têm, Deputado Zé Carlos do Pátio, o mandato que Vossa Excelência tem, lhe dá o direito de exigir do Tribunal de Contas todo mês, todo mês, cópia dos Balancetes do Estado.

Vossa Excelência tem o direito de solicitar, através deste Plenário, aprovando requerimento, Deputado...

(NESTE MOMENTO, O SR. DEPUTADO GILNEY VIANA FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. BENEDITO PINTO - Vossa Excelência pode apresentar Requerimento nesta Casa que todos nós votamos a favor, exigindo do Tribunal cópia dos Balancetes mensais, e ele tem que mandar, o Tribunal pode mandar. Naturalmente, são coisas que nós podemos fazer dentro do nosso trabalho como Parlamentar, Deputado Rene Barbour.

Então, na verdade, o dia em que eu quiser tirar dúvida de uma prestação de contas, eu posso aqui encaminhar um Requerimento e os Srs. Deputados votarão, eu tenho certeza, e o Tribunal, sem dúvida, deverá mandar a resposta e a prestação de contas. Na verdade, nós não podemos ter dúvidas do que nós estamos fazendo aqui, nós não podemos ter dúvidas, porque o povo acreditou na nossa pessoa e nos deu o direito de estarmos aqui para fiscalizar. Nós precisamos...

O Sr. Gilney Viana - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. BENEDITO PINTO - Nós precisamos, Deputado Gilney... Concederei o aparte a Vossa Excelência daqui a pouco.

Nós precisamos, realmente, procurar fazer a nossa parte, fazer a nossa parte! O dia em que eu tenho dúvidas com relação a qualquer órgão do Governo, eu tenho requerimentos aprovados por este Plenário, obtive explicações de licitações da Secretaria de Justiça, do DETRAN, da Secretaria de Fazenda, tenho os documentos. Todas as vezes que eu suspeitei de alguma aplicação de recurso, eu requeri aqui e fui atendido. Então, naturalmente, todos nós temos esse direito.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Gilney Viana - Sr. Deputado Benedito Pinto, eu sei que Vossa Excelência domina esse assunto, e eu só quero aditar, complementarmente, primeiro, com relação ao Orçamento e à prestação de contas e, segundo, depois, sobre o atendimento dos Requerimentos dos Deputados.

Com relação ao primeiro ponto, eu consultei o Tribunal de Contas do Estado se eles teriam os Balancetes mensais. Eles me falaram que não existem mais Balancetes mensais, a partir do momento em que eles têm acesso *on line* e *new time* no CIAF. Então, eles acessam pela senha a execução orçamentária. Tudo bem, eu acho que é a melhor forma. Aí nos passamos para a decorrência.

Os técnicos do Tribunal de Contas do Estado e os Srs. Conselheiros têm acesso à execução orçamentária via CIAF, e eu como Deputado, Vossa Excelência como Deputado, o Deputado Riva, como Presidente do Poder Legislativo, nós não temos - não obstante nós termos aprovado na LDO que esse acesso estaria garantido, inclusive porque o Governo após o Veto a outros projetos, alguns de origem da Deputada Serys Slhessarenko e de outros Deputados, o último em que eu apus também uma Emenda, após o Veto, alegando que dariam acesso, já que estaria na LDO. Não deu, até hoje, salvo se Vossa Excelência possa me informar.

Finalmente, sem prejudicar o seu argumento, o Governo do Estado nem sempre atende adequada e prontamente, e com conteúdo, o que é perguntado nos Requerimentos. Estou com um Requerimento na Secretaria de Cultura sobre o acordo que eles fizeram com os franceses, e que “amanhã”, “amanhã”, eles estão sempre aqui renovando, mas até hoje não me foram prestadas informações. E se não fizer, eu vou processar o Secretário de Cultura. Muito obrigado.

O SR. BENEDITO PINTO - Deputado Gilney Viana, eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e informo também que a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária deste Poder...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

O Sr. Gilney Viana - Não tem acesso.

O SR. BENEDITO PINTO -... a Comissão...

O Sr. Gilney Viana - Não tem!

O SR. BENEDITO PINTO -... tem todo acesso possível...

O Sr. Gilney Viana - Não tem a senha do CIAF!

O SR. BENEDITO PINTO - Se não foi criada a senha é uma outra coisa, nós aprovamos a Lei dando direito para a Comissão ter acesso...

O Sr. Gilney Viana - Correto!

O SR. BENEDITO PINTO - E tem mais uma, qualquer membro da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária tem o direito constitucional de exigir do Secretário de Planejamento, Secretário de Fazenda, a qualquer momento que ele tiver dúvida de qualquer coisa quanto à aplicação... Então, a Constituição dá esse direito, nós precisamos utilizar aquilo... Qualquer dúvida que eu tenho, eu me dirijo ao órgão e tenho sido atendido. O Governo tem nos atendido.

Então, eram essas as explicações, Sr. Presidente, eu estou tranqüilo para votar aqui essas contas, porque eu já tomei conhecimento da sua aplicação, tomei conhecimento dos pareceres, tanto do oferecido pelo Ministério Público, como do oferecido pela parte técnica do Tribunal de Contas, e tomei conhecimento da decisão do Pleno do Tribunal Contas na aprovação com quatro, se não me falha a memória, restrições passíveis de correção.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Antes de conceder a palavra, para discussão, ao Deputado Zé Carlos do Pátio, esta Presidência coloca em votação Requerimento oral de prorrogação da Sessão por mais uma hora, passando, portanto, de meio-dia para as 13:00 horas. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o pedido de prorrogação. A Sessão vai até as 13:00 horas.

Eu gostaria, apenas, de dar uma informação, Deputado Zé Carlos do Pátio, talvez até poderei contribuir um pouco, antes que Vossa Excelência use da palavra. O que a Assembléia está apreciando na verdade? A Assembléia aprecia o relatório do Tribunal de Contas, o Parecer do Tribunal de Contas. A Assembléia não tem técnico que faça o trabalho... Aliás, ela tem, porque o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, portanto, os técnicos do Tribunal de Contas são para isso, para auxiliar a Assembléia. A Assembléia aprecia o Parecer do Tribunal de Contas que, inclusive, conta com acompanhamento do Ministério Público. Isso é que diz o art. 47 da Constituição, e que diz o próprio Regimento Interno.

Com a palavra, para discutir, o Deputado Zé Carlos do Pátio, que dispõe de vinte minutos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu quero aqui ler o Parecer do Tribunal de Contas, uma parte, de 1999:

“À unanimidade, acompanhando a recomendação da representação do Ministério Público, externada através do Parecer, acolhendo as razões que fundamentaram o voto do relator, Conselheiro Djalma Metelo Duarte, pela emissão do parecer prévio favorável à aprovação das contas do Governo do Estado de Mato Grosso, relativas ao exercício de 1998, gestão do Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, efetuando-se as seguintes recomendações:...”

Veja bem, Sr. Presidente, em 1999 foram feitas várias recomendações de irregularidades nas contas, mesmo com o parecer favorável. Olhe as recomendações:

“As receitas transferidas pela FUNDEF devem ser contabilizadas observando o regime de caixa...”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Eu quero aqui colocar, Sr. Presidente - até para uma questão de encaminhamento - que pairam dúvidas sobre o Parecer do Tribunal, porque em 1999 nós aprovamos as contas do Governador com várias irregularidades, e essas contas continuam com irregularidades. Está aqui a ressalva da aplicação do recurso do FUNDEF - há uma ressalva aqui.

E é a mesma coisa nas contas deste ano: “A transferência automática de recursos do FUNDEF deve ser em conformidade com a Lei Federal nº 4.3320/64.” Quer dizer, a aplicabilidade dos recursos do FUNDEF, o procedimento está sendo irregular desde o ano passado, o Tribunal reconhece que há irregularidade e não toma nenhuma atitude, continua dando Parecer favorável às contas, criando ressalvas.

Aqui: “O Demonstrativo de Despesas deve evidenciar as despesas empenhadas no ensino fundamental e médio, separadamente. A remuneração dos professores e outros profissionais e atividades envolvidas no ensino fundamental devem ser demonstradas em relatórios, possibilitando, assim, uma análise correta da aplicação dos recursos.”

Olhe aqui novamente: “Os valores retidos a favor do FUNDEF e os transferidos para o respectivo Fundo devem ser coincidentes.”

O relatório deste ano também deve estar questionando a aplicação dos recursos do FUNDEF...

Quero aqui, inclusive, Sr. Presidente, dizer, na questão da aplicabilidade, sobre o cumprimento do disposto no artigo 100, § 1º, da Constituição Federal, quanto aos pagamentos precatórios. O artigo 100 da Constituição Federal, § 1º, diz que tem que haver uma seqüência, respeitar uma seqüência no pagamento dos precatórios. Desde o ano passado, o Tribunal já vem colocando que é necessário que o Governo do Estado respeite a seqüência do pagamento dos precatórios.

Então, a dúvida que fica em mim, como Deputado, como cidadão comum, como é que no ano passado o Tribunal de Contas fez algumas recomendações, este ano faz as mesmas recomendações, e fica por isso mesmo? O ano que vem vão ser as mesmas recomendações na aplicabilidade dos recursos do FUNDEF, Deputado Gilney Viana, e fica por isso mesmo!

Então, eu questiono comigo mesmo: o nosso papel não é de fiscalizadores? Então, eu acredito, quando vejo os meus colegas Deputados pedirem para estudar melhor o Parecer do Tribunal de Contas sobre as contas do Governo deste ano, que é até porque no ano passado houve os mesmos equívocos, houve os mesmos erros nas Contas do Governador, e ele teve o Parecer favorável do Tribunal.

“Regularizar débitos de exercícios anteriores com o PASEP, e no presente exercício fiscal, apropriar o valor equivalente a 1% das Receitas Correntes arrecadadas em obediência à Lei Federal 9.715, de 25 de novembro de 1998”. Bem, aqui também está questionando a questão da aplicabilidade dos recursos do PASEP.

Então, eu quero dizer, Sr. Presidente, que além de haver várias ressalvas, várias recomendações, as mesmas do ano passado ocorrem este ano, e ainda nós questionamos a aplicação dos recursos.

Nós, Deputados, estamos cometendo um erro aqui na Assembléia ao votar o Orçamento em aberto, ao votar o Orçamento garantindo crédito suplementar para o Governador, em aberto, para ele aplicar as dotações onde ele quer, votando antecipação, 20% de antecipação de receita para o Governador!

Quer dizer, companheiros, meus caros colegas Deputados, com isso nós estamos dando no Orçamento um cheque em branco para o Governador. E ao dar o cheque em branco ao Governador, na hora em que vem a prestação de contas, nós ficamos extremamente indignados. Olha só o que eu vou passar, agora, para Vossas Excelências: a Secretaria de Estado de Comunicação Social -

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

aliás, este Governo só se alimentou até hoje em cima da comunicação, em cima da mídia... Um Deputado, aqui, veio dizer que eu estava sendo contra a mídia... Não, eu sou a favor da mídia, eu sou a favor da comunicação, mas o Governador está procurando desviar a sociedade da discussão dos problemas e das questões do Estado, através de um trabalho de propaganda, na mídia, através do qual ele procura criar uma imagem de homem moderno, de homem novo. Aliás, ele impregnou, criou na consciência do povo que até as obras da iniciativa privada são obras dele - tudo é dele!

Quer dizer, o gasoduto, que é uma obra da iniciativa privada, que vem lutando desde a época do Senador Márcio Lacerda, é uma obra dele! Obra dele, ele não fez nenhuma. Citem-me uma rodovia estadual que ele terminou durante os seus dois mandatos? Ele começou a MT-100, que nós chamamos de “estrada sanfona” - ela começa com nove metros, depois vai para onze e depois reduz para nove - e não terminou, entre Alto Araguaia e Alto Taquari. Era o único compromisso dele para que nós trouxéssemos a ferrovia até Mato Grosso...

O Sr. Moacir Pires - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo um aparte ao Deputado Moacir Pires.

O Sr. Moacir Pires - Deputado Zé Carlos do Pátio, há alguns dias eu fui convidado pela Frigoverde para o lançamento, por um supermercado de grande porte aqui em Mato Grosso, do selo de qualidade da carne - antes convidaram o Governador para instalar esse selo, para estar nesse evento -, e então, Deputado Joaquim Sucena, antes de acontecer o evento, o Governo já tinha anunciado que o Governo do Estado iria exportar carne de qualidade para outros Estados. Os próprios donos de frigoríficos ficaram estarecidos com a propaganda do Governo. Quem fez isso, quem vai fazer são os produtores, eles que vão criar os bezerros, que vão dizer de que boi o bezerro é filho, de que vaca, de qual frigorífico, tudo certinho, e o Governo diz que é incentivo do Governo...

(O DEPUTADO WILSON TEIXEIRA DENTINHO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O Sr. Moacir Pires - Não, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, não é incentivo, não. O que o Governo fez foi subir o ICMS da carne em 50%, era 2% e passou para 3%. Como é que o Estado de Mato Grosso vai ter competitividade com Goiás, com Minas Gerais, que por acaso baixou o ICMS da carne para 0,10%, Deputado Wilson Teixeira Dentinho?

Então, são essas coisas que nós temos que defender aqui, para ter competitividade. Como poderemos competir com o Estado de Mato Grosso do Sul - eu sei que não é o assunto em pauta, Deputado Riva, mas só para entrar na matéria -, onde o Governo isentou do pagamento de IPVA quem comprar carro zero-quilômetro? Como nossas concessionárias vão poder competir com o Estado de Mato Grosso do Sul?

Então, eu acho que o Governo está fazendo muita propaganda, mas muita propaganda enganosa!

Vejam bem, foi feito o asfalto daqui até Nossa Senhora do Livramento. Recapearam o asfalto, e o Governo já colocou a moldura dele lá. Só porque pintou o asfalto? Tem que ter um pouco de coerência, um pouco de limite em sua publicidade.

Eu sou favorável a algumas coisas, em algumas áreas do Governo, mas muita propaganda.... Enganar a população - esta denúncia é um discurso que nós estamos levando a todas as convenções. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu queria parabenizar o Deputado Moacir Pires por sua fala, e quero enriquecê-la ainda mais.

A Secretaria de Estado de Comunicação Social gastou no ano passado quatorze milhões de reais em propaganda, em trabalho de divulgação. Ela gastou mais do que com o Corpo de Bombeiros. O Corpo de Bombeiros todinho, com folha de pagamento e tudo, gastou menos do que a

SECOM - ela gastou mais do que sete Secretarias de Estado. Eu vou citar uma... Ela gastou mais do que a Secretaria de Estado de Segurança Pública, que a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, a Procuradoria do Estado, a PROSOL, a FEMA, a METAMAT, a Casa Civil. Ela gastou mais do que várias Secretarias. O Instituto de Terras e de Reforma Agrária de Mato Grosso não fez nada, esse Governo, que é um Governo barbudo, tem aquele discurso de Esquerda, de vez em quando... Ele joga bem dos dois lados. Ele tem uma competência muito grande de fazer um discurso conservador, neoliberal, um discurso progressista.

Bem, a Secretaria de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários, enquanto ele gastou quatorze milhões na Secretaria de Comunicação, ele gastou só três milhões na Secretaria de Agricultura. Vossas Excelências querem ver a dimensão do Governo...

Então, eu queria colocar, Sr. Presidente, que este Governo vive de mídia! Ele vive de criar uma imagem na imprensa de que ele é um Governo moderno, mas de moderno ele não tem nada. A sociedade, o que ela vê na televisão, conforme é a mensagem, ela absorve, até que é natural, ela está na casa dela. Ela usa de boa fé naquilo que vê, mas nem sempre o Governo transfere para a sociedade, através das comunicações, realmente a verdadeira imagem deste Estado.

Aliás, e aí eu faço a pergunta: o crescimento nominal do Estado de Mato Grosso foi de 22%. Quer dizer, o ICMS cresceu 37%!... E eu quero colocar que esse crescimento não foi no combate à sonegação, isso é um engodo, isso foi na tributação do consumo. Enquanto o salário mínimo sobe 5%, eles aumentam 30%, 40%, chegam até 157% de aumento de IPVA, de energia elétrica e de telecomunicações!

Quero aqui dizer ... Está aqui uma carta da Tele Centro Sul, da EMBRATEL, uma carta onde a EMBRATEL mandou para o Brasil inteiro, que o ICMS mais caro do Brasil, de telecomunicações, é o de Mato Grosso. Está aqui a carta, ela mandou para o Brasil inteiro comunicando que Mato Grosso é o Estado que paga mais caro o ICMS das telecomunicações. E vou mais, vou mais além!

O Estado de Mato Grosso possui a maior alíquota de ICMS sobre os serviços de telecomunicações. Enquanto Mato Grosso cobra 30%, o Acre cobra 17%. A consequência é um custo da telecomunicação em Mato Grosso em 7,52% maior que a maioria dos Estados.

E eu quero aqui colocar que eu fiz uma proposta, e eu provei para o Secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso que o ritmo de crescimento anual e as previsões mostram que a participação das telecomunicações na economia ainda crescerá bastante nos próximos anos.

O crescimento do ICMS das telecomunicações nos últimos cinco anos foi de 130%, e para os próximos seis anos a previsão é que cresça mais 154%.

Senhores, eu fui provar para ele que se ele reduzir o ICMS da telecomunicação, ele vai arrecadar mais, mesmo assim. E nem assim o Governo do Estado quis!

Os senhores sabiam que o que mais arrecada na telecomunicação, Deputado Riva, é a comunicação de dados? Sabiam que todos os bancos de Mato Grosso pagam o seu ICMS da comunicação de dados lá em São Paulo, lá no Rio de Janeiro? Sabem por que eles não pagam o ICMS aqui? É por que é mais caro! E se o Governo reduzisse o ICMS da comunicação de dados, através dos bancos e das empresas, eles iriam pagar aqui em Mato Grosso, mas pagam em São Paulo, no Rio de Janeiro, justamente porque é mais barato. E, hoje, o que é caro não é a telecomunicação da telefonia, o que arrecada o ICMS hoje é a telecomunicação de dados. Vossa Excelência sabia, Deputado, que o serviço de consultas está transferindo a parte de informações para Mato Grosso do Sul, porque lá é mais barato? A parte do ICMS da *Internet*, tudo isso...

Eu quero aqui dizer da indignação que eu estou sentindo pelo Governo, que quer taxar imposto, mesmo sabendo que está perdendo Receita! Ele quer taxar imposto mesmo sabendo que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

está perdendo Receita! Quer dizer, num momento em que todos os Estados estão com uma política de competitividade, para tentar, realmente, alavancar o desenvolvimento, taxando menos imposto, o Governo faz o contrário, ele aumenta os impostos e inibe a vinda de indústrias.

Muito pelo contrário, os frigoríficos estão fechando, porque ele criou o FETHAB, porque os impostos são altos e não tem como sobreviver neste Estado, com um Governo que se diz moderno, mas de moderno não tem nada!

Eu quero pedir à Assembléia Legislativa, aos colegas Deputados, vamos rediscutir uma política moderna para este Estado, mas não com essa prática política que este Governo está fazendo.

Eu tenho muitos dados, Srs. Deputados, e eu os repassei para o Sr. Valter Albano, Secretário de Fazenda, argumentei com ele, nós fomos com a Diretoria da Tele Centro Sul, com o pessoal da EMBRATEL, eu provei para o Secretário Valter Albano que reduzindo os impostos da telecomunicação ele vai ter um crescimento nominal, em cinco anos, de 150%, e o Estado vai crescer, mesmo reduzindo os impostos, e mesmo assim ele não assimilou realmente essa visão de que nós podemos reduzir os impostos deste Estado, e aplicá-los melhor. Muito pelo contrário, além dos impostos estarem altos, além de ter um crescimento na arrecadação, além de privatizar todos os serviços do Estado, os serviços estão sendo mal aplicados...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...este Governo, para terminar, Sr. Presidente, falou que ia privatizar...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) – Concedo um minuto a Vossa Excelência.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Este Governo falou que ia privatizar as empresas para atender a Segurança. A Segurança está bem? Este Governo falou que ia privatizar várias empresas para investir na Educação. A Educação está bem? Estava em greve até esses dias. Este Governo falou que ia também privatizar para investir em Saúde. A Saúde está bem?

Deputado Joaquim Sucena, Vossa Excelência que é médico, este Governo, eu não estou sabendo o que ele está fazendo com o dinheiro, porque não se vê nenhuma estrada pavimentada, não se vê Saúde, Educação, nem Segurança Pública.

No mais, Sr. Presidente, a Bancada do PMDB vai votar contra o Parecer do Tribunal, contra tudo isso, contra esse desmando, que é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Parecer...

O Sr. Joaquim Sucena – Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) – Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Sr. Presidente, Sr^a Deputada e Srs. Deputados, escutei atentamente as discussões, as colocações e, acima de tudo, fiz também as minhas observações com relação às contas do Governador Dante de Oliveira, do Exercício de 1999.

Analisei o Parecer do Tribunal de Contas do Estado, observando dentro de uma ótica pessoal, e continuo acreditando que não serão as discussões que levarão à mudança de votos neste plenário. Continuo acreditando que o Orçamento é uma peça de ficção, e ele vaga - principalmente na hora da prestação de contas - por um oceano muito, muito, muito tumultuado, e muitas vezes borra a maquiagem aqui ou ali, quando se tenta maquiagem. E essa "borragem" da maquiagem da prestação de contas, ela só é notada a partir de números concretos, porque se a previsão da Receita é um exercício puramente visionário, a execução daquilo que realmente se arrecada, tem que ser dentro da legalidade, que é o objetivo maior do Tribunal de Contas. Não se analisa, aqui, a efetiva avaliação popular e, acima

de tudo, aquilo que o Estado realmente teve a oferecer aos seus cidadãos, e principalmente aos seus contribuintes.

Quanto à colocação de que nós aqui tivemos um aumento exagerado de impostos, derrubando inclusive a Receita, quanto à má aplicação de recursos que foram aqui colocados com toda ênfase, principalmente com relação à insensibilidade do Governo na aplicação desses recursos, nós não conseguimos encontrar praticamente nada que venha a ser investimento, a não ser um investimento direto no bolso do consumidor, na ânsia de fazer uma Receita que ele não consegue fazer pela competitividade única e exclusivamente, ele o faz pela Lei, mas ao mesmo tempo que isso tudo acontece, o que esbarra e o que nos faz pensar é quando assistimos ao País tendo a saúde pública colocada em centésimo vigésimo quinto lugar, quando vemos a Segurança Pública ser um dos motes maiores hoje da nossa população, que se sente insegura, quando vemos uma população que não aceita e nem tem mais condições de contribuir para que este Orçamento seja efetivamente concretizado.

Eu vi com muita, mas muita indignação a propaganda do Governo, de custos altíssimos, gastando com a Secretaria de Comunicação Social quatorze milhões de reais, simplesmente pelos dados que nos passa o Tribunal de Contas do Estado. E vejo a Secretaria de Saúde do Estado, um bem essencial, garantido pelas Constituições Federal e Estadual e pela Lei Orgânica, receber dezenove milhões de reais.

O Sr. Gilney Viana (DE SUA BANCADA) - A Saúde?

O SR. JOAQUIM SUCENA - A Saúde foi contemplada, Deputado Gilney Viana, com dezenove milhões e a Secretaria de Comunicação Social com quatorze milhões, seiscentos e quarenta e nove mil reais.

Quando eu vejo a Segurança Pública... Está aqui, e esta análise não é minha, é do Tribunal de Contas, que deve, realmente, fazer com que... Secretaria de Segurança do Estado... Está difícil até de achar, porque ela não é a primeira, a primeira é a Secretaria de Educação, que tem que ser, porque constitucionalmente, se não aplica, não há possibilidade de o Governo levar à frente o resto do Orçamento.

Tribunal de Justiça, Secretaria de Fazenda, Secretaria de Viação e Obras Públicas, Polícia Militar...Aqui eu vejo a Polícia Militar recebendo oitenta e seis milhões. E, agora, vamos lá. A Polícia Civil, Secretaria, Procuradoria, Secretaria de Saúde... Aqui não consta, praticamente, nada na Secretaria de Segurança... A Secretaria de Segurança Pública do Estado foi contemplada com onze milhões de reais. A Secretaria de Segurança Pública recebe onze milhões, mas a propaganda recebe quatorze - a propaganda que se antepõe a cada gesto que a iniciativa privada venha a tomar em prol do Estado! A nossa eminente Secretaria de Comunicação Social conseguiu fazer chegar o trem antes da ferrovia! A nossa eminente Secretaria de Comunicação Social conseguiu fazer com que o cidadão que estava lá na zona rural e aquele que consumia 50kwa de energia elétrica já tivesse esse benefício antes dele ser aprovado pela Assembléia Legislativa! A Secretaria de Comunicação Social que se antecipa, como disse aqui o Deputado Moacir Pires, até no selo de segurança e qualidade, proposto pelos frigoríficos.

Meios existem! Meios de aumentar a Receita, que não seja com criação de impostos, existem! Basta que nós possamos fazer uma política de geração de empregos e, acima de tudo, uma política que atenda as necessidades do cidadão, e não, única e exclusivamente, ver o cidadão à mercê do Governo, seja na cobrança de impostos, seja pela ausência daquilo que é obrigação do Estado.

O Estado é responsável pela Segurança Pública; caos! O Estado é responsável pela saúde; caos! O Estado é responsável pelas estradas; caos! Onde é que estamos assistindo essa aplicação de dinheiro, de recursos?

E isso faz com que nós tenhamos vindo aqui discutir. São as prioridades que não

estão sendo atendidas. Ninguém vai mudar o voto de ninguém, porque o voto, numa prestação de contas, não é praticamente um voto de consciência, é um voto de posição de Bancada. Quando se tem uma Bancada majoritária, como aqui, que atende ao Governo, não adianta argumentos. Não existe a força do argumento. Não existe nada que impeça a aprovação de contas, mesmo elas não sendo aquilo que é a vontade da população. É um voto de posição. É um voto de Situação contra o voto de Oposição.

Os argumentos são pouco válidos, e aqui, diz o Tribunal de Contas, é a análise sucinta, principalmente da legalidade das aplicações, é a análise da normalização da prestação de contas, são os erros administrativos ou erros de simplesmente execução orçamentária. Aqui não está a análise do que o Estado merecia ter tido nessa prestação de contas, mostrado o seu crescimento, mostradas as ações do Estado, melhor distribuindo os recursos do Orçamento, mostrada a área de investimento, mas aqui, simplesmente, são números, e os números são frios. E nos números frios, só nos resta a posição de Situação e de Oposição.

Sr. Presidente, o meu voto é contra, porque ele não estabelece aqui a posição de ser Situação ou Oposição. É contra, porque está contra a população, está contra o cidadão, está contra o mato-grossense, que gerou esta Receita e que não está tendo nenhum benefício na aplicação daquilo que, realmente, é o dever do Estado!

De modo, Sr. Presidente, que só nos resta, como disse, tendo em vista que o argumento não será a mola propulsora do voto dos Srs. Deputados, mas não poderia deixar, aqui, passar em branco a oportunidade de mostrar o mal gerenciamento dos recursos, a péssima captação, porque ela se faz em cima de impostos abusivos, e, acima de tudo, dizer, Sr. Presidente, que aqui nós vamos ter uma posição de votação a favor ou contra, e ela será representada, na sua grande maioria, pela posição que cada Deputado aqui tem de defender o Governo, ou simplesmente se opor a este Governo, que não tem a menor sensibilidade na aplicação dos recursos orçamentários a que o contribuinte tanto fez, tanto sofreu para poder chegar adimplente a esta situação.

Sr. Presidente, concluo dizendo que não será a prorrogação da Sessão por mais uma, duas, três, cinco, dez horas que vai mudar o conceito. Infelizmente, nós vamos ter, não que nos curvar, muito pelo contrário, mas vamos ter que, de cabeça erguida, dizer a toda população de Mato Grosso que não podemos, moralmente, aprovar as contas do Governador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, vamos responder de maneira resumida todos esses discursos longos, cansativos, nos quais as contas do Sr. Governador se transformaram num palanque político, aqui na tribuna. Nada de substancial, a Oposição não leu esse material que está aqui na Casa já há oito dias... Ouvimos críticas infundadas, deturpando até mesmo o sentido da discussão, dizendo que o Governo não fez nada. Duvidaram do nosso egrégio Tribunal de Contas, que tem uma equipe de técnicos para analisar as contas do Governo, criticaram a recomendação do Tribunal - é essa a função do Tribunal de Contas e deveria ter uma amplitude, porque os prefeitos precisam de recomendação, precisam de instrução, para que não cometam erros. Discutiu-se aqui bastante, mas não se levantou nada que recomendasse a sua não aprovação. Quebraram o Regimento Interno com outras discussões, dizendo que o Governador não está fazendo nada no setor de rodovias...

Senhor Zé Carlos do Pátio, eu já o desafiei muitas vezes a dizer se o Governador que o Senhor tanto defende, o Carlos Bezerra, fez um palmo de asfalto no nosso Estado de Mato Grosso. Nós não conhecemos...

Eu perguntei ao Deputado Wilmar Peres se no Araguaia, uma região que eu não conheço, foi feito algum asfalto, e ele me disse que não - aí está o Deputado Baú dizendo que não. Aqui no Médio Norte e no Norte não tem um palmo de asfalto feito. Como é que vai se dizer que o Governador Dante de Oliveira não fez asfalto em Mato Grosso? Isso é um absurdo! Dizer que não se deve a ele esse desenvolvimento que estamos sentindo, que a estrada de ferro não foi ele que trouxe?!

A estrada de ferro veio, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Gilney Viana, porque aqui havia mercadoria para ser transportada, porque Mato Grosso é hoje o maior produtor de algodão do Brasil, porque o nosso Mato Grosso é, hoje, o maior produtor de soja do Brasil. Nós assistimos, na saída daquele comboio na inauguração lá de Alto Taquari, a uma cena emocionante, aqueles vagões todos saindo, carregados de soja de Mato Grosso para o Porto de Santos, com o Presidente da República ali ao lado, aplaudindo também - e aplaudido por todos que estavam ali, as locomotivas apitando.

Se isso não é progresso, eu não sei mais o que é progresso, Srs. Deputados de Oposição. Saindo um comboio na estrada de ferro, carregado de soja do Estado - o maior projeto de soja do Brasil hoje!

Ora, Mato Grosso detém hoje o terceiro rebanho bovino do Brasil, livre da febre aftosa. Ganhamos o Mercado Comum Europeu, que é o melhor mercado para se vender carne *in natura*.

Ora, Srs. Deputados de Oposição, nós estamos discutindo aqui as contas do Governo que os Senhores não examinaram, que o Tribunal de Contas examinou com sua equipe de técnicos, e os Senhores estão desmoralizando o Tribunal de Contas, duvidando das contas do Governador. Se o Governador gastou esses valores, são valores orçamentários. Está se discutindo aqui se o Governo aplicou ou não aplicou esse dinheiro do Orçamento. Não está se discutindo aqui se deveria ou não, ou se ele aplicou em determinados setores valores que os Senhores discutiram, é porque havia essa verba orçamentária.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foram discussões cansativas, longas, que não conduziram a nada, não se detectou nenhuma irregularidade nas contas do Governo, fazendo-se Oposição só por ser Oposição. E eu espero, Srs. Deputados, Deputados da Bancada do Governo, e mesmo os Deputados da Bancada de Oposição, que Vossas Excelências votem aprovando as contas do Sr. Governador do Estado, que estão corretas, porque senão estariam os Senhores duvidando do próprio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em votação...

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Indago se contra ou favorável?

O SR. GILNEY VIANA - Eu sou contrário.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de fazer uma observação: das doze recomendações, sete dizem respeito à educação. Sendo que uma oitava indiretamente diz respeito à educação. Então, 70% das recomendações são a respeito da educação.

Sr. Presidente, nós tivemos um movimento grevista de quarenta e três dias. O Senhor se lembra qual era o ponto de discórdia dos trabalhadores da educação com o Secretário Valter Albano, com o Secretário Carlos Nascimento? Exatamente o que o Tribunal pede para que seja esclarecido!

Deputado Benedito Pinto, chamo atenção de Vossa Excelência, os professores entraram em greve, estabeleceram uma polêmica com a Secretaria de Educação, e a polêmica é exatamente porque a folha de pagamento, segundo a contabilização da SEFAZ, ultrapassava

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

determinado limite, um limite interno fixado pelo próprio Valter Albano, Secretário, para a execução orçamentária, independente de determinação da Assembléia Legislativa, independente disso. Veja bem, o SINTEP após o argumento de que os cálculos da Secretaria de Fazenda estavam errados, porque eles agregavam valores que não eram apropriados. Exatamente, Sr. Presidente, o que fala a argumentação do Tribunal de Contas. Não quantitativamente, mas qualitativamente.

Então, eu quero, Sr. Presidente, que nós - e Vossa Excelência empenhou a palavra da Presidência - assumamos o compromisso aqui, não para votar contra, mas pelo menos os senhores que vão votar a favor assumissem o compromisso de que as recomendações, as oito recomendações, todas elas, mas especialmente as oito recomendações do Tribunal de Contas nos fossem dadas, a nós Deputados, fossem dadas a nós Deputados, mesmo àqueles que votam contra ou àqueles... Nós não teremos chance de consultar o CIAF, e mesmo aqueles que tiveram chance de consultar o CIAF não conseguiram dirimir essa dúvida.

Então, Deputado Benedito Pinto, eu quero saber exatamente o seguinte: Qual é a remuneração dos professores? Eu quero, e outros profissionais da atividade, saber quem faz a folha da SEFAZ? Eu quero saber, eu quero saber! Cadê? Vossa Excelência tem? O Tribunal de Contas tem? Se ele tem, então ele está prevaricando, porque ele está falando aqui que não tem. Eu não acredito que os técnicos e os Conselheiros estejam fazendo uma atitude de má fé. Então, é porque eles não têm mesmo.

Então, é por isso que eu digo o seguinte: Esta Assembléia Legislativa, que constituiu uma Comissão Especial para examinar exatamente esse item, que é o item III das Recomendações da Resolução do Tribunal de Contas... Nós queremos esses dados aqui, e eu faço esse requerimento à Mesa, gostaria que a Mesa assumisse esse compromisso, gostaria que o Deputado Hermínio J. Barreto, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, gostaria que o Líder do Governo desse esse esclarecimento aqui..

Pode votar hoje! Tudo bem! Nós somos minoria, nós temos o direito de gritar, espernear e votar contra, mas tem uma coisa, o direito que nós temos, os senhores têm, de pelo menos saber o que é que o Tribunal está falando, porque senão a palavra dos senhores serão palavras vãs, como diz a Bíblia. E os senhores negarão tudo aquilo que falam, até mesmo para provar aquilo de que estão convencidos que está correto.

Então, Srs. Deputados, particularmente, Sr. Deputado Riva, Presidente da Mesa, eu gostaria que Vossa Excelência levasse isso em conta, que oficiasse ao Tribunal de Contas, que nós queremos clareza sobre as recomendações. Não obstante a votação e não obstante, se a maioria assim o desejar, ter sido aprovado, porque, pelo menos, nós poderemos encarar o cidadão e falar assim: Olha, votamos contra ou votamos a favor, mas nós queremos que as recomendações nos ofereçam clareza, para que nós possamos encarar o cidadão, a cidadã...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - ...o eleitor ou eleitora.

Muito obrigado, Sr. Presidente, encaminho e voto contra.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação o Parecer...

O Sr. Zé Carlos do Pátio – Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) – Indago se favorável ou contra?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Contra.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Contrário.

Informo que, desta forma, já encaminharam dois Deputados contrários e um favorável. Portanto, esgota-se o encaminhamento contrário.

Com a palavra, para encaminhar votação, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - O Deputado Carlos Brito, parece-me que é a favor. Quer falar primeiro, Deputado Carlos Brito?

Sr. Presidente, eu quero contestar as palavras do Deputado Rene Barbour. Embora, ele tenha feito um discurso sobre a legalidade, eu quero colocar, e coloquei anteriormente, que as ressalvas e as recomendações do Tribunal de Contas do ano passado e do ano retrasado foram as mesmas deste ano.

Se existe ressalva, principalmente na área do FUNDEF, que é o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, está havendo vários erros do Governo na aplicabilidade dos recursos na área da Educação. Então, se existe a ressalva, é porque existe erro; se existe recomendação, é porque existe erro.

Não dá para fazer um discurso moralista aqui, de que a Bancada de Oposição está radicalizando contra o Parecer do Tribunal de Contas, contra o Governo do Estado.

Quanto à questão do Governo, eu quero dizer, Deputado, que o PROALMAT realmente veio para o bem, para desenvolver o Estado, foi um projeto que eu votei a favor - eu não sou contra tudo, eu sou a favor do que é bom, o que é bom nós temos que votar a favor -, e eu votei a favor do PROALMAT, mas também não dava para negar, e Vossa Excelência vem querer dizer que o crescimento da soja em Mato Grosso é em função desse Governo, até porque é o contrário, ele taxou a soja, ele não reduziu o imposto de soja. Ele criou o FETHAB, que aqui nós votamos de madrugada, não dá para negar isso! E aquilo que o Governo apresentou de bom eu apoiei e votei a favor também.

Eu quero aqui dizer que também não dá para negar que houve realmente uma taxaço de impostos absurdos sobre o consumo - e hoje a capacidade contributiva do cidadão caiu, não dá para negar. Hoje, o cidadão, com o dinheiro que ele comprava pão, leite, cesta básica, ele está pagando imposto para o Governo, isso não dá para negar! Ele pagava muito menos imposto antes, e ele tinha o poder aquisitivo maior, porque a inflação, o imposto aumenta 40%, 50%, 60%, e o salário mínimo, por ano, aumenta 5%. Então, a capacidade contributiva dele está caindo.

Eu quero aqui colocar que a aplicação do recurso não está bem, porque um Governo que diz que é moderno, que diz: "Nós vamos privatizar, nos vamos modernizar o Estado para aplicar em educação, saúde, segurança pública e estradas..." Vejam bem, ele privatizou tudo, ele acabou com todos os setores e não aplicou dignamente na educação, porque nós temos problema na educação, tivemos greve agora; não aplicou na saúde, porque nós temos problemas sérios; segurança pública nem se fala; estradas...

Eu quero aqui dizer que este Governo, em dois mandatos, fez menos estrada do que o Governos Júlio, Jaime e Bezerra fizeram cada um e em um mandato; todo e qualquer Governador que passou por aí. Este Governo, em dois mandatos, a única estrada que ele fez foi a MT-100, que está pela metade ainda.

Então, Deputado Rene Barbour, eu quero aqui dizer que talvez agora, com o FETHAB, talvez, sobre dinheiro para fazer as estradas que queriam, mas já estão mudando a aplicação do recurso do FETHAB, era só para estradas e já estão querendo inventar outras aplicações para ele. Na verdade, é manter a taxaço sobre o cidadão e aumentar realmente.

Então, eu quero aqui dizer que quando a Bancada está votando contra, não por votar contra, porque nós votamos em projetos do Governo que são para o bem, para o desenvolvimento de Mato Grosso, e votarei novamente. Agora, não dá para votar favorável a um Parecer do Tribunal de Contas com várias ressalvas, coincidentemente as mesmas dos anos anteriores. Isso é querer nos fazer de trouxas, e não dá para aceitar isso.

No mais, Sr. Presidente, nós queremos manter uma posição, como agora nós estamos discutindo, para encaminhamento de votação, e nosso encaminhamento é contra o Parecer do Tribunal

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

de Contas, contra as contas do Governador, referentes ao ano de 1999.

O Sr. Carlos Brito - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu indago se favorável ou contra.

O Sr. Carlos Brito - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nós estamos apreciando são as contas administrativas do Governador. O que eu vou dizer vale para qualquer governador, como valeu para os anteriores e vai valer para os seguintes.

Nós não estamos aqui avaliando as ações políticas, as prioridades dessas ações que o Governo desenvolve, se deveria investir mais nesta ou naquela área, até porque varia de acordo com as concepções políticas de cada Partido, de cada Parlamentar, pelas razões múltiplas que poderiam dar origem a esses questionamentos. Eu entendo que essa discussão deve se restringir ao seu fito, ao seu objeto, que é apreciar e votar as contas do Governo do Estado de Mato Grosso referentes ao Exercício de 1999.

Portanto, nós temos aqui o Parecer prévio do Tribunal de Contas, que é o órgão auxiliar deste Poder, do Poder Legislativo, onde técnicos habilitados, capacitados, têm por finalidade exatamente prestar, dentro das suas atribuições, esse trabalho de pegar os números, de pegar a prestação de contas, esmiuçá-la, discuti-la, colocar o seu profissionalismo a serviço desta apreciação. Por fim, esses técnicos concluíram pela aprovação das contas. Em seguida, essas contas foram à apreciação dos Srs. Conselheiros do egrégio Tribunal de Contas, que, por unanimidade, diga-se de passagem, também acolheram o parecer dos técnicos, dando parecer pela aprovação das contas do Exercício de 1999.

Há de se notar que a maioria dos Conselheiros que lá estão, se olharmos historicamente, não têm ligações políticas com o atual Governador, e ainda assim, unanimemente, votaram pela aprovação das contas. Neste procedimento ainda ouviu-se o Ministério Público, que é o ente capaz de opor-se ainda antes do fechamento do parecer prévio do Tribunal de Contas, quando da sua tramitação. O que, também, não aconteceu. O Ministério Público também emitiu parecer favorável à aprovação das contas do Exercício de 1999 do Governo do Estado.

As recomendações existem, como vão existir em qualquer administração, de qualquer administrador, porque não há como pegar a administração de um Estado, seja ele qual for, e, ao final, na sua prestação, no fechamento do seu relatório, do seu balanço, não haver esta ou aquela recomendação, até porque varia de relator, varia de quem aprecia.

Portanto, sempre vão haver recomendações, desde que essas recomendações, ou essas correções necessárias que são apontadas, não firam interesse público, não firam o erário público, é quando então se emite o parecer favorável, recomendando que tais procedimentos, não muito dentro daquilo que se estabelece, sejam então corrigidos.

Eu quero concluir, Sr. Presidente, neste encaminhamento, exatamente por este procedimento, com a aprovação do Tribunal de Contas, com a aprovação do Ministério Público, com votação unânime dos Srs. Conselheiros. Esta Casa está, neste momento, exclusivamente, a referendar ou não este Parecer prévio do egrégio Tribunal de Contas. É isso que vamos votar.

Portanto, não tendo havido oposição técnica, não tendo havido oposição no aspecto jurídico da prestação das contas, não há porque nos opormos a sua aprovação.

Por essas razões, Sr. Presidente, encaminho favoravelmente, somando-me aos demais companheiros que, com certeza, entenderão esses procedimentos, da mesma forma que entendo razões

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

outras que possam levar companheiros Deputados a pensar diferente, e respeito esses procedimentos.

A Sr^a Deputada Serys Slhessarenko - Um aparte, nobre Deputado.

O SR. CARLOS BRITO - Pois não, Deputada.

A Sr^a Deputada Serys Slhessarenko - Eu gostaria de um aparte, infelizmente, porque o tempo urge...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu indefiro o pedido da Deputada, porque o aparte não é permitido nesta fase.

A Sr^a Deputada Serys Slhessarenko - Eu aguardo.

O SR. CARLOS BRITO - Estou concluindo, Sr. Presidente.

Ressalto apenas que as contas do Exercício em apreciação contam com o Parecer favorável do egrégio Tribunal de Contas, por unanimidade dos Srs. Conselheiros, com Parecer favorável do Ministério Público, por essas razões as Comissões desta Casa, acompanhando o Parecer prévio do órgão auxiliar desta Casa, é que apuseram o seu voto favorável à matéria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SR. SERYS SLHESSARENKO - Apenas para declarar o nosso voto contra a matéria, que precisaria ficar registrado. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu informo que a votação é secreta.

Convido os nobres Deputados Zé Carlos do Pátio e Gilney Viana, uma vez que tem que ser dois Deputados não contemplados em Comissão, para acompanharem a votação e servirem de escrutinadores.

Convido o Sr. Deputado José Carlos de Freitas para assumir a 2^o Secretaria, e solicito ao Sr. 1^o Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

Antes, solicito à assessoria que providencie os votos SIM e NÃO, e informo que SIM aprova o Parecer do Tribunal de Contas e NÃO reprova.

Portanto, já com todas as providências adotadas, solicito ao Sr. 1^o Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1^o SECRETÁRIO - Deputado Alencar Soares, Deputado Carlos Brito, Deputado Baú, Deputado Pedro Satélite (AUSENTE), Deputado Rene Barbour, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, Deputado Nilson Leitão, Deputado Joaquim Sucena, Deputado Moacir Pires (AUSENTE), Deputado Moisés Feltrin (AUSENTE), Deputado Nico Barcat (AUSENTE), Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Silval Barbosa (AUSENTE), Deputado Gilney Viana, Deputada Serys Slhessarenko, Deputado Benedito Pinto, Deputado Edmilson Paulista, Deputado Nilson Porto, Deputado Hermínio J. Barreto, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Jair Mariano (AUSENTE), Deputado José Carlos Freitas, Deputado Wilmar Peres, e Deputado Riva...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao nobre Deputado Rene Barbour que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RENE BARBOUR ASSUME A PRESIDÊNCIA MOMENTANEAMENTE, ENQUANTO O PRESIDENTE TITULAR EXERCE SEU DIREITO DE VOTO.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao Sr. 1^o Secretário que proceda à segunda chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1^o SECRETÁRIO - Deputado Pedro Satélite (AUSENTE), Deputado Moacir Pires (AUSENTE), Deputado Moisés Feltrin (AUSENTE), Deputado Nico Barcat (AUSENTE); Deputado Silval Barbosa (AUSENTE); Deputado Jair Mariano (AUSENTE).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a segunda chamada, solicito aos escrutinadores - e convoco para segundo escrutinador, na ausência do escrutinador convocado, o Deputado Edmilson Paulista...

(O SR. DEPUTADO EDMILSON PAULISTA, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA PRESIDÊNCIA, TOMA ASSENTO À MESA.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao Sr. 2º Secretário que verifique se o número de sobrecartas confere com o número de votantes e, em seguida, que proceda à apuração.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, votaram 18 Srs. Deputados; sendo 14 SIM e 04 NÃO.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Portanto, aprovadas as contas. Vai ao Expediente.

Solicito aos Srs. Deputados que se mantenham na condição de escrutinadores, porque nós vamos apreciar o Veto da FEMA, em função da necessidade, porque para que essa Lei entre em vigor é preciso que se aprecie o Veto.

Em discussão única, Veto Parcial nº 34/00, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 111/2000, Mensagem nº 15, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação de carreira do Profissional de Atividade Ambiental e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça à manutenção do Veto.

Informo que o Veto é parcial, e se trata de uma emenda de autoria do Deputado Humberto Bosaipo. Se não me engano, o Deputado já manteve entendimento, tanto com a FEMA quanto com a Bancada do Governo. Informo também que essa emenda beneficiava um número considerável de servidores e que, quando da discussão, o Deputado irá explicar.

Em discussão...

O Sr. Humberto Bosaipo - Solicito a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Humberto Bosaipo.

Informo que dispomos de quinze minutos para o encerramento da Sessão.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Usarei apenas três minutos - acho que serão suficientes.

Sr. Presidente, aportou nesta Casa o Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da carreira do Profissional de Atividade Ambiental e dá outras providências, um Projeto que, por sinal, já chegou atrasado nesta Casa, o Governo já deveria ter cuidado dessa questão desde o ano passado, porque cuidou da parte administrativa da entidade, mas da parte funcional não. Inclusive nós cobramos do Secretário Frederico Müller a regularização dessa tabela, porque já tínhamos votado aqui o projeto dos auditores, do IMMEQ, e agora essa matéria da FEMA.

Eu apresentei uma emenda modificativa sobre a progressão vertical e elevação de nível para a contagem de tempo de serviço, em função da aposentadoria desses servidores. É a emenda do Deputado Humberto Bosaipo vetada...

(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO CONVERSA COM O ORADOR - INAUDÍVEL.)

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu explico.

Eu estive na Secretaria de Administração e na Secretaria de Planejamento discutindo essa matéria, porque um grupo de sessenta funcionários fica de fora, a princípio, desta lei, principalmente na questão da aposentadoria, mas hoje, em reunião com o Dr. Frederico Müller e com os funcionários da FEMA, nós chegamos a um acordo, e após a votação desse projeto nós vamos encaminhar uma discussão com o Secretário de Meio Ambiente, Dr. Frederico, no sentido de se regularizar a situação desses funcionários em outra Mensagem. Portanto, eu fui atendido pelo Secretário. De comum acordo com os funcionários, eu acompanho a Liderança do Governo, votando

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

pela manutenção, uma vez que esse precedente já me foi atendido. Muito obrigado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu quero aqui me colocar contra o Veto do Governador e a favor da Emenda de autoria do Deputado Humberto Bosaipo. Mesmo o Deputado explicando o entendimento que teve com o Governo, nós vamos votar contra o Veto, essa é uma posição minha, até porque é de interesse também dos funcionários o Plano de Carreira deles. É uma posição nossa, e nós vamos nos posicionar neste sentido. Foi uma ação política do Deputado Humberto Bosaipo e esperamos que o Governo cumpra, porque essa ação política do Deputado faz com que o Governo negocie com a categoria, mas nós vamos nos posicionar neste sentido.

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu só informo aos Srs. Deputados que nós dispomos de doze minutos. E não havendo tempo, eu não prorrogarei mais a Sessão e essa matéria deixará de ser votada.

Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é difícil até se encontrar um consenso entre Governo, Presidente da FEMA e os funcionários que estiveram aqui, as duas correntes que existiram lá vieram aqui fazer este apelo. Então, foi até uma correria para se buscar esse Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Deputado Zé Carlos do Pátio, Vossa Excelência sempre defendeu o funcionalismo público, e isso é interesse deles! Nós estamos aqui para isso. Então, eu recomendo à Bancada do Governo e da Oposição que mantenham o Veto, votando NÃO.

O Sr. José Carlos Freitas - Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, encaminho favorável à manutenção do Veto.

E quero dizer também que fomos procurados por vários funcionários da FEMA, achamos justa a sua reivindicação e acompanhamos também o voto do Deputado Humberto Bosaipo neste projeto. Muito obrigado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio. Indago se é a favor ou contra.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu sou contra o Veto do Governador e a favor da Emenda do Deputado.

Eu quero deixar bem clara a minha posição. Votar aqui a respeito do Veto do Governador é votar contra a Emenda do Deputado Humberto Bosaipo. Eu entendo o lado dele, até em ter feito uma negociação com o Governador, mas aqui eu também entendo que a Emenda dele é de interesse público e de interesse dos funcionários. Querer dizer que a Emenda do Deputado Humberto Bosaipo não é do interesse dos funcionários, é negar a verdade. É uma emenda do interesse dos funcionários, sim, e é muito melhor do que a negociação que está sendo feita!

Então, eu vou votar contra o Veto do Governador, é um direito nosso, inclusive de se

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

posicionar. Com isso, eu estou me posicionando a favor do servidor, e aquele servidor que achar que é contra o servidor, eu estou vendo que essa posição do Deputado é uma posição ímpar e fundamental para a negociação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu quero apenas informar ao Sr. Deputado que nem sempre uma matéria que deixa de ser aprovada, como essa Emenda do Deputado, ela deixa de atender os objetivos. O Deputado Humberto Bosaipo provocou em boa hora, essa emenda foi exatamente com o objetivo de provocar, e, diga-se de passagem, que ele conseguiu com isso chamar a atenção do Governo para a discussão, para atender posteriormente esses sessenta servidores.

Então, o Deputado Humberto Bosaipo já fez esse acordo, por isso eu encerro dizendo que é importante a manutenção do Veto.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Alencar Soares, Deputado Carlos Brito, Deputado Baú, Deputado Pedro Satélite (AUSENTE), Deputado Rene Barbour, Deputado Wilson Teixeira Dentinho (AUSENTE), Deputado Nilson Leitão, Deputado Joaquim Sucena, Deputado Moacir Pires, Deputado Moisés Feltrin (AUSENTE), Deputado Nico Baracat (AUSENTE), Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Silval Barbosa (AUSENTE), Deputado Gilney Viana (AUSENTE), Deputada Serys Shhessarenko (AUSENTE), Deputado Benedito Pinto, Deputado Edmilson Paulista, Deputado Nilson Porto, Deputado Hermínio J. Barreto, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Jair Mariano (AUSENTE), Deputado José Carlos Freitas e Deputado Wilmar Peres e Deputado Riva...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao nobre Deputado Pedro Satélite que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA MOMENTANEAMENTE, ENQUANTO O PRESIDENTE TITULAR EXERCE SEU DIREITO DE VOTO.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à segunda chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Pedro Satélite (AUSENTE), Deputado Wilson Teixeira Dentinho (AUSENTE), Deputado Moisés Feltrin (AUSENTE), Deputado Nico Baracat (AUSENTE), Deputado Silval Barbosa (AUSENTE), Deputado Gilney Viana (AUSENTE), Deputada Serys Shhessarenko (AUSENTE), Jair Mariano (AUSENTE).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao Sr. 2º Secretário que verifique se o número de sobrecartas confere com o número de votantes e, em seguida, que proceda à apuração.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, votaram 16 Srs. Deputados; sendo 14 NÃO e 02 SIM.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Portanto, mantido o Veto. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 143/00, de autoria do Deputado Alencar Soares, que institui o Programa Mato-grossense de Incentivo a Fruticultura-PROMAFRUT, cria o Fundo de Apoio a Fruticultura-FAF. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Esgotada a Ordem do Dia, e restando apenas quatro minutos para o encerramento da Sessão, passemos as Explicações Pessoais (PAUSA). Não há orador inscrito

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Alencar Soares, Carlos Brito, Baú, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour, Wilson Teixeira Dentinho e Nilson Leitão; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Joaquim Sucena e Moacir Pires; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Zé Carlos do Pátio e Silval Barbosa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shhessarenko; do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2000, ÀS
08:00 HORAS.

Bloco Parlamentar Socialista – Benedito Pinto (PSDB), Edmilson Paulista (PFL), Nilson Porto (PSB), Hermínio J. Barreto (PL), Humberto Bosaipo (PPS), José Carlos Freitas (PPB) e Wilmar Peres (PPS).

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Moisés Feltrin, do PFL; Nico Baracat, do PMDB; Jair Mariano (PPS), do Bloco Parlamentar Socialista.

Antes de encerrar a presente Sessão, informo que a próxima Sessão - eu peço a atenção dos Srs. Deputados - será antecipada para as 17:00 horas, hoje, para a apreciação da LDO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.

Conferida por Regina Céli Arruda.